



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**



Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública  
PROGESP

**PAULO VINÍCIUS DOS SANTOS FERREIRA**

**HIERARQUIA, DISCIPLINA & CIDADANIA: elementos reformadores e conservadores**  
na formação de soldados da PMBA

Salvador,  
2017

**PAULO VINÍCIUS DOS SANTOS FERREIRA**

**HIERARQUIA, DISCIPLINA & CIDADANIA: elementos reformadores e conservadores  
na formação de soldados da PMBA**

Monografia apresentada ao V Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, parceira da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP (MJ/SENASP), como requisito para a obtenção do título de especialista em Políticas e Gestão de Segurança Pública.

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup>. Íris Gomes dos Santos

Salvador,  
2017

## **PAULO VINÍCIUS DOS SANTOS FERREIRA**

### **HIERARQUIA, DISCIPLINA & CIDADANIA: elementos reformadores e conservadores na formação de soldados da PMBA**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do grau de especialista em Políticas e Gestão de Segurança Pública, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, parceira da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (MJ/SENASP).

Aprovada em \_\_\_\_\_ de março de 2017

#### **Banca Examinadora:**

Íris Gomes dos Santos – Orientadora

\_\_\_\_\_

Doutora em Ciência Política (DCP/UFMG)

Universidade Federal Da Bahia (PPGC/FFCH/UFBA)

Larissa Peixoto Vale Gomes

\_\_\_\_\_

Mestra em Ciência Política (DCP/UFMG)

Andrija Oliveira Almeida

\_\_\_\_\_

Mestra em Saúde Coletiva (ISC/UFBA)

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar o processo de formação dos policiais militares do estado da Bahia. Trata-se de uma abordagem à luz da formação dos profissionais de segurança pública realizado pela PMBA em comparação ao recomendado pela Matriz Curricular Nacional (MCN), criada e disponibilizada pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). A MCN faz parte de um leque de estratégias do governo federal para sistematizar um ensino policial comum no Brasil, uniformizando conhecimentos apresentados nas academias de polícia estaduais. Assim, o governo federal pretendia formatar um documento agregando todas as particularidades estaduais associadas às demandas de uma sociedade democrática, uma vez que as polícias militares ainda possuem uma cultura organizacional baseada, mormente, em diretrizes e símbolos das Forças Armadas. Com base na última atualização do PGE (Plano Geral de Ensino), criado pelo CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças), a investigação revelou não ter ocorrido uma incorporação integral das diretrizes traçadas pela MCN no Curso de Formação de Praças da PMBA, uma vez que muitas recomendações (ementas, abordagens educacionais, disciplinas, bibliografia, estratégias de avaliação) foram desconsideradas. Ademais, as eventuais inovações no currículo coexistem com uma predominante formação do “ser militar”, em detrimento da formação do “ser profissional” de segurança pública, indicando a força do legado militar, baseado em uma orientação de ação reativa/ostensiva, controle disciplinar e hierarquia. Mostrando que a PMBA privilegia uma formação segundo suas próprias estratégias, diretrizes curriculares e política educacional corporativa.

**Palavras-Chave:** Segurança Pública; Cultura Policial; Formação Policial, Diretrizes Curriculares.

## ABSTRACT

This research has the aim to analyze the training process of the military police of the State of Bahia. Therefore, it is an approach of the public security professionals carried out by the PMBA in comparison with that recommended by the National Curricular Matrix (MCN) for police education, created and made available by SENASP (National Secretariat for Public Safety). The MCN is part of many strategies of the federal government to systematize a common police education in all states of Brazil, for the purpose to create a uniformity of knowledge presented in the state police academies. Thus, the federal government intended to format a document adding all the particularities of the states and the demands of a democratic society, because the military police still have a culture inherited from the Armed Forces. Based on the last update of the PGE (General Education Plan) created by the Center for Training and Improvement of "Praças" (CFAP), the investigation revealed that there was no complete incorporation of the guidelines conducted by MCN in the PMBA Training Course, once many recommendations (menus, educational approaches, disciplines, bibliography, evaluation strategies) were disregarded. In addition, any innovations in the curriculum coexist with a predominant formation of the "be a military", to the detriment of the "be a professional" of public security, indicating the strength of the military legacy, based on a reactive / ostensive action orientation, disciplinary control and hierarchy. Showing that the PMBA privileges training according to its own strategies, curricular guidelines and corporate educational policy.

**Key-words:** Public Security, Police, Culture, Strategies, Politic Training, Curricular guidelines

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BA	Burocrático-autoritário
BGO	Boletim Geral Ostensivo
CFSD	Curso de Formação de Soldados
CEGESP	Curso de Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública
CFAP	Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO	Curso de Formação de Oficial
C.F	Constituição Federal
DGE	Diretriz Geral de Ensino
EOTAM	Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército
LDB	Lei de Diretrizes Básicas da Educação
MCN	Matriz Curricular Nacional
MEC	Ministério da Educação
NPCE	Normas para o Planejamento e Conduta da Educação
PGE	Plano Geral de Ensino
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PM	Polícia Militar
PMBA	Polícia Militar do Estado da Bahia
PMCE	Polícia Militar do Ceará
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PMRJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
PMSP	Polícia Militar de São Paulo
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RENAESP	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
SSPDC	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1-	Especificidades do Ensino Militar e Educação Profissional de Nível Técnico do Ministério da Educação	33
Quadro 2 -	Disciplina e Carga Horária da Matriz Curricular Nacional	46
Quadro 3 -	Distribuição de Vagas e Local de Realização do Curso de Formação de Soldados PMBA (2014)	49
Quadro 4-	Disciplinas e Cargas horárias do Curso de Formação de Soldados (CFSD/2014)	53
Quadro 5-	Conteúdos das Ementas de Disciplinas Correlatas (MCN x PMBA)	56
Quadro 6-	Disciplinas Previstas na Matriz Curricular Nacional (MCN/SENASP) e Plano Geral de Ensino (PMBA) por Competências Relacionadas	65
Quadro 7-	Estrutura do Ensino para ser Militar - CFSD	69
Gráfico 1 -	Distribuição de Carga Horária por Disciplina Recomendada na Matriz Curricular Nacional	47
Gráfico 2 -	Distribuição de Carga Horária por Disciplina – CFSD 2014	54
Gráfico 3-	Compatibilidade entre Carga-horária Recomendada pela SENASP e a Adotada pela PMBA	66
Grafo 1-	Permeabilidade entre Bibliografias das Disciplinas Sugeridas pela Matriz Curricular Nacional e Adotadas pela PMBA no CFSD	67

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. ENRAIZAMENTO DO “MILITAR” NA POLÍCIA &amp; OS DESAFIOS NA ÁREA DE FORMAÇÃO POLICIAL</b> .....	17
<b>3. O “ESPÍRITO DE CORPO” &amp; SUA “SOBREVIVÊNCIA” NOS CURRÍCULOS DAS ACADEMIAS DE POLÍCIA ESTADUAIS: uma breve revisão da literatura</b> .....	27
<b>4. ANÁLISE DO PROGRAMA DE TREINAMENTO EXISTENTE NA PMBA &amp; SUAS INTERFACES COM AS DIRETRIZES DA MCN</b> .....	35
4.1. Política Nacional de Formação e Valorização Policial .....	37
4.2. O Programa de Formação de Soldados da PMBa .....	48
4.3. Análise Comparada das Propostas Pedagógicas e Curriculares para a Formação do Soldado Policial Militar - Governos Federal e Estadual .....	60
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	82
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	84



## INTRODUÇÃO

As organizações sejam elas públicas ou privadas possuem um componente inerente e bastante importante para a sua sobrevivência e perpetuação. Trata-se da educação inicial e continuada dos seus mais importantes ativos, o capital intelectual, e isso se potencializa nos desafios enfrentados pelas organizações de segurança pública, especialmente as polícias. O presente estudo tem como objetivo analisar a incorporação das orientações da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas de Profissionais de Área de Segurança Pública (MCN), desenvolvida pelo governo federal por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no currículo de formação dos soldados da Polícia Militar do Estado da Bahia.

A escolha do tema formação policial se deu em função da experiência do pesquisador como policial que passou pelo processo formativo no âmbito da Corporação, no ano de 2014. Nessa oportunidade, foi possível observar a importância da formação técnica e profissional para a execução do trabalho policial. A congruência de conhecimentos, habilidades e atitudes obtidos no curso de formação CFSD (curso de formação de Soldados) por um período de nove meses, com a posterior inserção no policiamento ostensivo de rua, restou evidente o predomínio de um saber prático dos policiais mais “antigos” (experientes) e um hiato entre estes saberes e os dos “novatos”.

Tal conflito ficou cada vez mais acentuado na medida em que os conhecimentos obtidos em sala de aula, durante o curso, não estavam diretamente imbricados com determinadas situações e problemas vivenciados no dia-a-dia, no exercício da atividade profissional, gerando assim uma sensação de lacunoso conhecimento derivada de uma formação deficitária. Assim, certos questionamentos e indagações foram surgindo, quais sejam: “por que o conhecimento sobre X, embora seja tão importante para o desempenho da atividade policial, não foi tratado no curso de formação?”; “Os professores desconhecem este tema/assunto ou não soube/priorizou ensiná-lo?”; “O planejamento pedagógico contemplava este tema/assunto?”. A oportunidade criada pelo V CEGESP foi observada como interessante para tratar de um tema tão relevante e fundamental e as pesquisas prévias para a elaboração do projeto de seleção foram aguçando a vontade de aprofundar mais a respeito do tema e realizar uma reflexão sobre a formação de soldados da Polícia Militar da Bahia.

No âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi produzida uma primeira publicação, datada do ano de 2000, com as bases curriculares para a formação de

profissionais da área de segurança, a qual objetiva constituir uma formação policial minimamente comum entre todos os estados da Federação, focando nos profissionais da área de segurança pública – Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e Guarda Municipal. Trata-se de um documento guia que determina as diretrizes da política pública federal na linha de ação voltada especificamente à formação policial. Além dessas, outras ações e programas foram propostos pelo governo federal, a exemplo das “Diretrizes para as Ações Formativas para os Profissionais da Área de Segurança Pública”, executadas no contexto do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), onde os governos estaduais e municipais passaram a apresentar projetos, que após análise e aprovação pela SENASP, poderiam ser apoiados com recursos financeiros do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Compreender as implicações, e possíveis resistências, à adesão de uma base formativa comum orientada por eixos temáticos que buscam discutir valores democráticos exige retomar um pouco elementos dos funcionamentos das polícias, em especial da Polícia Militar, e do surgimento dessa Corporação fortemente associada aos períodos históricos de governos autoritários no país. Ou seja, cabe refletir sobre este longo processo e como sua identidade e cultura se vinculam às elites e às Forças Armadas.

Alguma vinculação entre forças policiais e Forças Armadas se estabelece de maneira formal a partir de 1937 com a Constituição Polaca do governo Vargas, quando foi definida a competência da União para legislar sobre a organização, instrução, justiça e garantia das forças policiais dos estados e sua utilização como reserva do Exército (Art. 16 e Art. 18). Na Constituição de 1946, são mantidas as mesmas competências da União, assim como se menciona a Polícia Militar com o papel de garantir a segurança interna dos estados e externa em caso de guerra. O Golpe Militar de 1964 ao romper com o regime democrático constituiu um modelo burocrático-autoritário (BA), conduzido por civis e militares, que não alterou essa ambiguidade entre o papel de polícia e o das Forças Armadas.

Segundo Souza e Moraes *apud* CARVALHO (2011, p. 82):

[...]a Constituição Federal de 1967, seguindo a tradição brasileira, manteve as Polícias Militares como reserva e forças auxiliares do Exército. Entretanto, introduziu uma novidade: a fim de facilitar o controle do aparato policial, extinguiu as Guardas Cívicas e incorporou seus efetivos as Polícias Militares, que passariam a ser as únicas forças policiais destinadas ao patrulhamento ostensivo das cidades e sob a tutela do Exército brasileiro.

Em plena Ditadura Militar foi criada a Inspeção Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército (IGPM), por meio do Decreto-Lei nº 317/1967<sup>1</sup>, o qual objetivava controlar e supervisionar as ações das Polícias Militares estaduais. Tinha como diretrizes estabelecer normas reguladoras da organização da Polícia Militar, controlar seus currículos, treinamentos, armamentos, manuais e regulamentos, bem como o perfil das polícias brasileiras, deixando assim uma herança na formação curricular que vigora até os dias atuais, pois muitos componentes disciplinares ainda estão mantidos, principalmente no que concerne ao reforço do militarismo na formação para ser um militar.

Na Carta Magna de 1988 se destaca um capítulo exclusivamente voltado para a segurança pública, definida como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”. O artigo 144 determina que competem às polícias militares “o policiamento ostensivo fardado e a preservação da ordem pública”. O texto não indica rupturas ao contexto de evolução histórica das polícias militares e sua vinculação ao Exército, pois mantém a definição de “forças auxiliares e reserva” do Exército, reservando à União a competência paralegislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização.

A IGPM<sup>2</sup> foi uma das estruturas mantidas após a C.F/1988. Assim, se percebe que mesmo com a mudança de regimes, governos e promulgação de uma nova Constituição, elementos da estrutura e do funcionamento das polícias militares se mantêm como outrora, facilitando a permanência de uma cultura organizacional sensivelmente vinculada às antigas práticas e comportamentos. Conforme aponta Muniz (2001, p.4) “as PM foram muito mais uma corporação militar do que uma organização policial, sendo ao longo de sua história particular mais empregada para os fins de segurança interna e de defesa nacional do que para as funções de segurança pública”.

Ainda segundo a mesma autora:

[...] a forte relação das polícias com os meios de força combatente derivam da gênese do Estado republicano, e não ficou restrita a adoção do “Militar” na sua denominação. Foram criadas em 1809, como instituições paramilitares subordinadas ao Ministério da Guerra e da Justiça da coroa portuguesa e ao longo desse tempo suas estruturas foram se amoldando à burocracia do Exército brasileiro, onde nos dias atuais ainda carregam muitas dessas características. (MUNIZ, 2001, p. 04)

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei nº 317/1967 vinha discriminando e organizando todas as funções, bem como as competências que as polícias militares deveriam ter e seguir, com as quais ainda parte dessas recomendações são mantidas até os dias atuais

<sup>2</sup> IGPM (nº 15. e 16. do Capítulo V da Portaria nº 69 EME-Res, de 30/09/1975 - Normas para o controle do material bélico das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares).

Enquanto burocracias estatais, as trajetórias das PM trazem em seu bojo a constituição de uma cultura, ou culturas, organizacional. No entendimento de Reiner (2004, p.132), “cultura são complexos conjuntos de valores, atitudes, símbolos, regras e práticas, que emergem quando as pessoas reagem às exigências e situações que enfrentam, interpretadas através de estruturas cognitivas e de orientações que trazem consigo de experiências anteriores”.

De tal modo, as polícias militares mimetizam símbolos e procedimentos próprios do Exército Brasileiro. Isso compreende desde o organograma funcional até elementos simbólicos. Em seu Estatuto (Lei nº 7.990/2001), a PMBA dispõe sobre a hierarquia e disciplina comobases institucionaisda corporação, onde a *hierarquia* é a organização em carreira da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar, e a *disciplina* a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial militar.

Outras similaridades com o Exército Brasileiro são: uso de fardamentosque remetem aos trajes de combatente. Nestas vestimentas,vêm fixados diversos ícones, tais como tarjeta identificando o “nome de guerra”do soldado, divisas que correspondem ao grau hierárquico e patente(do mais inferior, Soldado, até o grau mais elevado, chegando a Coronel, tendo uma variação para a de Comandante Geral), “breves” que indicam os cursos que o combatente realizou, correspondem ao seu certificado, aqui mostra a sua qualificação para determinados conhecimentos.Utiliza-se em seus processos de formação e na sua atividade policial, o Manual de Campana, C 22-5 ordem unida,criado e até hoje e atualizado pelo Exército.

No entanto, as culturas são modeladas, mas não determinadas pelas pressões estruturais dos ambientes dos autores (REINER, 2004). Isso significa dizer que a cultura da policia – os valores, as normas, as perspectivas e as regras do ofício que direcionam sua conduta –não é monolítica, nem universal, nem imutável. Pelo fato de existirem diferenças, do ponto de vista de variáveis individuais (personalidade, geração ou trajetória da carreira) e/ou variações estruturadas de acordo com a patente, a tarefa designada e/ou a especialização (REINER, 2004), pode-se afirmar que políticas públicas que busquem modificar as bases formativas das polícias possuem alguma probabilidade de surtirem efeito.

Na perspectiva de Muniz (2001), dentre as questões que mais mobilizam o debate público sobre a reforma das polícias brasileiras destaca-se o processo formativo dos policia militares- seus conhecimentos, técnicas e hábitos apreendidos na Corporação que ainda refletiriam as doutrinas e mentalidades herdadas de um passado autoritário - e o seu

descompasso entre a destinação de “servir e proteger” o cidadão, preservando uma ordem pública democrática e contemporânea.

Complementando, Muniz afirma:

Uma das maiores barreiras para as substantivas mudanças no processo formativo dos policiais provém, exatamente, de uma característica marcante da cultura institucional das PMs. [...] como vimos o direcionamento e a mobilização dessas agências para o combate aos virtuais “inimigos do regime militar”. [...] às missões propriamente de polícia – comprometeram sensivelmente a necessária profissionalização das tarefas de policiamento estrito senso, atrasando, em décadas, o processo formativo dos policiais militares”. (2001, p.10).

Ainda a mesma autora, pode-se identificar o período de transição democrática como um marco temporal que culminou num alargado processo de mudança nas polícias militares do Brasil. A transição de regime, juntamente com algumas políticas e programas do governo federal, exigiu que as polícias militares estaduais reformulassem algumas regras internas, preceitos e formas de atuação para se adequarem ao novo contexto político. No entanto, do ponto de vista normativo e constitucional os avanços ainda são tímidos, embora não limite os governos de formularem políticas públicas de segurança mais inovadoras.

Carvalho e Silva (2011) afirmam que somente uma década após a promulgação da “Constituição Cidadã”, que estabeleceu a segurança pública como dever do “Estado e responsabilidade de todos”, a política de segurança pública passou a ser pensada sob o contexto de uma sociedade democrática. No ano de 2000, é criado o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), e no ano de 2007 o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), inovando a forma de abordar a política.

No que diz respeito aos esforços para implementar mudanças na área da formação policial, o relatório de Gestão da SENASP (2006) indica algumas ações específicas concernentes ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a constituição do “Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional” e a “Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais”. Em 2007, por exemplo, um total de R\$68.900.000,00 (sessenta e oito milhões e novecentos mil reais) foram investidos no sistema integrado de formação e valorização profissional, capacitando 72.298 (setenta e dois mil duzentos e noventa e oito) profissionais (SANTOS, 2010).

A constante evolução que a sociedade passa ao longo dos tempos exige melhorias e adequações/atualizações nos organismos policiais. Em grande medida, isso se faz por meio da capacitação e treinamento dos seus profissionais. De acordo com Oliveira e Basílio (2015):

[...] em uma política de segurança repressiva os policiais são formados para atuarem de forma reativa. Todavia, em uma política baseada em gestão e prevenção, os policiais são treinados para agirem de forma proativa na resolução de problemas que emirjam no cotidiano.(2015, p. 3).

Assim, uma estratégia adequada para lidar com o desafio de melhorar os serviços de segurança seria investir no processo de formação das suas burocracias, sendo capaz de oxigenar a corporação com a introdução de novos saberes, conhecimentos, habilidades e comportamentos democráticos.

A natureza do trabalho policial é bastante complexa e por isso o processo de formação nos centros/academias de educação policial deveria proporcionar aos seus discentes conhecimento atualizado e crítico para o desempenho de suas atividades laborais. Em uma sociedade democrática, a polícia deve se antecipar aos acontecimentos de forma preventiva a fim de evitar confrontos e buscar atuar na resolução de problemas, conforme a dimensão das situações encontradas no dia-a-dia. Para Basílio, (2007) tal complexidade exige que o processo de formação contemple conhecimentos de ordem jurídica, social, psicológica, trabalhando a sua inteligência emocional, e de *expertise* inerentes à atividade policial, tais como procedimentos padrão de abordagem, uso progressivo da força, dentre outros.

A Matriz Curricular Nacional (MCN) foi elaborada a partir dessa compreensão, caracterizando-se como um documento consultivo que visa a articular temas e demandas comuns às atividades policiais. A Matriz buscou desenvolver eixos articuladores de acordo com as áreas temáticas e a orientação pedagógica para a consecução da formação policial. Segundo texto da própria Matriz (BRASIL, 2004), através de um perfil profissiográfico<sup>3</sup> foram extraídas as competências essenciais para o profissional de segurança pública. Em seguida, elaborou-se uma malha curricular com orientação aos currículos de formação de soldados, bombeiro militar, policial civil e Guarda Municipal, atribuindo uma carga-horária mínima para cada disciplina. A proposta de um currículo comum às organizações policiais do país partiu de uma conjugação entre as dimensões expressas nos fatos do cotidiano - dimensão contextual; os aportes legais e conceituais - dimensão política; e as condições adequadas para a sua operacionalização no dia a dia - dimensão técnico-metodológica. (BRASIL, 2004).

Com a elaboração da Matriz o governo federal pretendeu estruturar uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica com sugestões para implementação nos processos de formação profissional das burocracias estaduais. Por se tratar de uma política pública federal

---

<sup>3</sup>Perfil profissiográfico: é a descrição detalhada e individualizada de cada uma das funções existentes em uma empresa, levando em conta tarefas, equipamentos de proteção individual e coletivos, equipamentos e máquinas utilizadas, meio ambiente de trabalho, ritmo de trabalho, área de trabalho, entre outros.

com orientações “sugestivas”, e não compulsórias, os tempos e graus de sua implementação tendem a variar em cada estado e burocracia. Considerando isso, o presente estudo se caracteriza pela análise da implementação de diretrizes propostas pela Matriz Curricular Nacional no currículo de formação de soldados da PM/Ba. Destarte, a pesquisa buscou responder à seguinte questão: *quais elementos/sugestões da Matriz Curricular Nacional foram implementadas/incorporadas no Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) para os soldados ingressos da PMBA<sup>4</sup>?*

Incumbem expor algumas linhas sobre o recorte do objeto. A Polícia Militar da Bahia, assim como as demais polícias estaduais, possui uma particularidade em seu modelo organizacional quando se trata do ingresso dos profissionais nas suas fileiras militares. O ingresso ocorre de duas formas, ambas através de concurso público: a. em nível gerencial - Curso de Formação de Oficiais (CFO) - onde o profissional estuda por três anos na Academia e após esse período pode seguir carreira, progredindo até a hierarquia mais elevada de gestão da Corporação – a patente de Coronel; b. em nível operacional/execução - no qual os candidatos passam nove meses imersos em um curso de formação de soldados e após a graduação atuam no policiamento ostensivo, de rua. Nesse viés, esta pesquisa se limita a analisar o programa de formação policial de soldado, por ser mais próximo da experiência do pesquisador e relevante do ponto de vista de uma discussão de formação de burocracias do nível de rua.

Esta investigação teve caráter qualitativo e sua estratégia de pesquisa compreende basicamente a análise documental por se mostrar o método mais adequado para tratar da identificação dos elementos da MCN incorporados pela PM-Ba na formação de seus soldados. Portanto, foram analisadas as diretrizes pedagógicas do CFAP (PM-Ba), seus desenhos curriculares, assim como seus programas de ensino, e a Matriz Curricular Nacional (MNC/SENASP), além dos documentos referentes ao processo seletivo de soldados da turma de 2014<sup>5</sup>.

Este trabalho está estruturado em 5 seções. Na introdução, ora apresentada, buscou-se discorrer brevemente sobre as estratégias traçadas pelo governo federal, através da SENASP, e o desenvolvimento da MCN (2000) voltada para ações formativas dos profissionais de segurança pública. Assim, também foi discutido um pouco a respeito do conceito de

---

<sup>4</sup> O recorte de casos deste trabalho foi reduzido em função das dificuldades de acesso aos documentos referentes aos cursos dos anos anteriores, conseguindo-se acesso apenas ao Plano Geral de Ensino do ano de 2014.

<sup>5</sup> Edital do Governo do Estado da Bahia /1/2012- Secretaria de Administração do Estado da Bahia, SAEB, de 02 de outubro de 2012.

culturapolicial, fazendo um paralelo com a formação policial, nos seus aspectos formais e informais, e relatando sobre a vinculação entre a PM, Forças Armadas e o legado autoritário dessa relação, bem como a respeito da normatização federal que tratou desses aspectos nas polícias militares estaduais.

O primeiro capítulo destinou-se a conhecer e discutir de forma mais aprofundada o papel da cultura na formação policial, nos aspectos formais e informais, com sua origem e influência do Exército e como ao longo do tempo e regimes isso pouco se alterou, principalmente na maneira de se formar profissionais de segurança pública. Apresenta-se como um paradigma a educação, treinamento e aperfeiçoamento desses profissionais. Procurou-se contextualizar esses mecanismos de ensino enraizados com a pedagogia consistente com o modelo de formação técnica estritamente ligada ao militarismo, que evidencia o enaltecimento da sua cultura militar por meio de ritos, símbolos e reforço do corporativismo. Em seguida, tratou da importância da formação e os hiatos existentes entre o que se aprende e o que o profissional se depara na sua atividade cotidiana, indicando os desafios e limites desse aprendizado.

O capítulo dois faz um levantamento e apresentação dos estudos em nível nacional que trabalham de forma empírica com a questão da formação com a finalidade de se identificar categorias teóricas e empíricas relevantes. Em seguida, discute os modelos de formação das polícias militares estaduais no tocante às reformas curriculares e mudanças nas práticas pedagógicas ocorridas em seus sistemas de ensino profissional, os critérios de seleção e escolaridade, assim como as grades curriculares, sem tentar esgotar o tema em discussão.

No terceiro capítulo é retomada a discussão sobre a política nacional de formação e valorização policial da SENASP. Em sequência, se discutem dados a partir das propostas da MCN e dos documentos da PGE da PMBA.



## 1. ENRAIZAMENTO DO “MILITAR” NA POLÍCIA & OS DESAFIOS NA ÁREA DE FORMAÇÃO POLICIAL

Como já introduzido neste trabalho, as orientações referentes à instrução e formação policial competem à União desde a década de 30. Esta prerrogativa foi exaustivamente utilizada durante os anos de ditadura militar quando a vinculação entre a Polícia Militar e o Exército se deu de forma mais sistemática e orgânica. A criação da IGPM direcionou esforços para a regulamentação da responsabilidade pela formação da polícia, incorrendo em diversos instrumentos normativos e políticas internas às burocracias capazes de absorver um conjunto de práticas e sentidos militares da ideia de segurança pública e direito civil, conformando uma cultura policial autoritária.

O conceito de cultura possui muitas definições na literatura, tornando-o fluído em sua definição. Portanto, é preciso analisar com cuidado sua utilização, principalmente em se tratando da caracterização de um grupo específico que compõe um papel no tecido social. Para se entender um pouco mais e buscar uma definição adequada à ideia de cultura policial é importante refletir sobre as dimensões de socialização das polícias, assim como de seus contextos e ambientes de educação e formação. Para SÁ (1998):

A formação da cultura policial ocasionalmente tem seu foco de atuação, fazendo com que estes policiais militares sejam socializados formal e informalmente em torno de certos princípios práticos de ação e de formas específicas de classificação do mundo, capazes de torná-lo úteis e obedientes ao mesmo tempo, ou seja, disciplinado para o exercício do poder disciplinar e do poder sobre a vida. (SÁ, 1998, p. 158).

Segundo Hamada (2013), a formação do profissional da Polícia Militar teve na sua origem uma forte influência do Exército Brasileiro. Com o fim da ditadura, as ações policiais dos militares estaduais passaram a ser geridas pelos governadores dos Estados, onde antes da democracia eram evitadas pelo governo militar para que não ficasse descentralizada o comando militar e o regime militar fosse vulnerável. Ainda assim, as diretrizes de formação das polícias não se constituíram enquanto responsabilidades dos governos estaduais, mostrando-se nesse aspecto a permanência de mais um vínculo entre as PM e as normativas das Forças Armadas.

Esse modelo de formação policial impõe desafios a serem enfrentados pelas Academias de Polícia, local específico onde os profissionais de segurança pública recebem os ensinamentos para exercer a atividade policial. Nesse prisma, é possível conhecer elementos da formação policial a partir da “descrição da estrutura do sistema de ensino da Polícia

Militar, da organização curricular e da descrição das relações pedagógicas nos processos de formação profissional.” (HAMADA, 2013, P. 140).

Corroborando, Leonardo Sá (1998) indica que na década de 1980, diversos países da América latina e da Europa iniciaram suas transições políticas para regimes pautados pelo ideário e pelos princípios organizacionais democráticos. No Brasil, as práticas de torturas e assassinatos atingiram membros das elites brasileiras, ou seja, “cidadãos brasileiros de primeiro grau”. Em tal contexto, os policiais militares envolveram-se na repressão política como agentes diretos das prisões, das torturas, dos assassinatos de dissidentes, etc, juntamente com as Forças Armadas e coordenados por estas. A partir da dita abertura política, a PM “passou a ser associada quase sempre à história da repressão política, das formas de tortura e assassinato”. (SÁ, 199, p.154 - 155)

A atuação de grupos de direitos humanos no sentido de denunciar a violência policial e apontar violações aos direitos humanos e do cidadão, cometidas por agentes do Estado no cotidiano da vida social brasileira, é um indicador dessa cultura policial autoritária. A história das relações entre estes grupos e os policiais, entre o ideário dos direitos humanos e a sua recepção pela cultura policial, está por ser escrita. Sabe-se que tais relações não são simples, por vezes, sequer pacíficas. “Tornou-se um desafio político redefinir os princípios da cultura policial como objeto de estudo de cientistas sociais e historiadores” (SÁ, 1998, p. 155).

Na perspectiva deste autor, é contra o pano de fundo do modelo instituído pela ditadura que surge a crise da formação policial militar, enquanto questionamento do militarismo, “do universo simbólico de princípios incorporados de divisão e visão do mundo social entre as categorias militar e civil” (SÁ, 2015, p.84).

O chamado espírito do corpo militar e explicitamente o principal objetivo da educação policial militar, e para entendê-lo, precisamos pensar, [...] há momento da vida social que podem ser significativamente abrangentes, como o que ocorreu nas ditaduras militares latino-americanas. Os questionamentos realizados no contexto da democratização do país põem em xeque não apenas os princípios organizacionais dos aparatos policiais militares de educação tais quais instituídos sob o comando direto do Exército [...] mas, metonimicamente, remete à “crise de identidade” da própria Polícia Militar [...]. (SÁ, 2015, p.84)

Do mesmo modo, é importante enfatizar a crise no contexto das escolas policiais - ligada à educação, ao treinamento e ao aperfeiçoamento de quadros - precisa ser compreendida no contexto mais amplo de uma crise do modelo de ensino da conduta policial “plasmado à semelhança do tipo de ensino operado pelo Exército brasileiro em suas escolas corporativas” (SÁ, 2015, p.84- 85). A pedagogia policial militar persiste condicionada por

uma formação técnica estritamente presa ao modelo militar de profissionalização, na qual se destacam as regras prescritas nos regulamentos que uniformizam procedimentos, além do enaltecimento da cultura simbólica de ritos que reforçam a tradição e o corporativismo. (GOMES e FRANÇA, 2015).

Entre os pesquisadores e estudiosos é constatado certa lacuna de estudos históricos e sociológicos sobre instituições e práticas policiais no Brasil. PINC (2011) assevera que os pesquisadores com interesse nos assuntos relacionados à polícia ainda tendem a contextualizar a pesquisa na área de direitos humanos e focar a atenção na letalidade policial, cuja fonte de dados não é proveniente apenas da instituição policial.

De acordo com a autora:

No Brasil, ainda são raros os estudos sobre política públicas de segurança, em especial sobre formação policial. Essa situação pode ser decorrente de fatores como ausência de fontes de consultas; dificuldade de acessar os registros existentes; ou ainda, pelo desconhecimento dos mecanismos da instituição policial, e do ambiente em que ocorrem as micros reformas. Grande parte das políticas públicas de segurança é formulada pelas próprias instituições policiais, que nem sempre registram os dados de forma sistematizada. (2011, p. 71)

Pode-se, todavia, afirmar que tal escassez é um fenômeno muito mais geral, tendo em vista que os estudos históricos existentes sobre a polícia prendem-se a uma dupla perspectiva quantitativa e institucional, ou seja, priorizam os estudos de estatísticas criminais e da produção legislativa sobre a polícia. Tais enfoques tendem a partir de uma visão naturalizada do objeto, aceitando, por exemplo, os pressupostos teóricos e as representações sociais dos próprios agentes policiais acerca de suas atividades. “Depreende-se daí que pouco são os trabalhos desenvolvidos que se atêm a discutir o problema da formação de uma cultura policial ou, mais especificamente, de uma cultura política dos policiais” (SÁ, 1998: p. 154-155).

De acordo com Oliveira Junior (2007), uma organização burocrática é ambiente propício à emergência de símbolos e processos rituais que fornecem base para sua própria legitimidade, tanto frente ao público externo, como também em relação às suas estruturas internas de poder. Assim, “dentro da perspectiva da dramaturgia social, ao se falar de cultura organizacional a atenção está sobre o problema de como os policiais representam a si mesmos frente à sociedade (comunidade, mídia, autoridades) e à própria organização (colegas, superiores, normas internas)”. (OLIVEIRA JR, 2007, p.13).

SÁ (2002) afirma que “para que um corpo se torne militarmente disciplinado, há que se levar em conta a verdadeira revolução que ocorre em seu interior e em sua

autorepresentação.” (p. 125-126). Na visão do autor, há um aspecto não representativo da linguagem corporal e outro representativo, que não podem ser deixados de lado. A linguagem gestual é de fundamental importância na educação policial militar e na militar em geral. A continência, por exemplo – “o movimento de conter-se, em sinal de respeito e reconhecimento da maior autoridade hierárquica é de tal modo automatizada, que o cadete não pensa duas vezes antes de fazê-la. Mesmo a uma saudação de um pesquisador civil, ele responde com uma continência.” (SÁ, 2002, p. 126).

“Além do mais, a disciplina militar é uma distribuição do poder em hierarquias e se constrói através das inspeções, revistas, exercícios, condicionamentos e modelação do corpo.” (FOUCAULT, *apud* SÁ, 2002, p. 80). Na instituição militar, o poder se exerce de forma piramidal.

O espaço de diferenciação interna da corporação policial militar realiza-se quais destaca-se a distribuição piramidal do poder entre seus integrantes, formando, assim, uma hierarquia de autoridade em relação à qual se circunscrevem as funções desempenhadas pelos agentes. O espaço interno das relações sociais da organização promove uma primeira grande divisão entre praças e oficiais, em que se assentam as divisões de tarefas na corporação (subordinados e comandantes) e à qual o sistema de ensino responde com a separação dos estabelecimentos onde são formadas as praças onde são formados os oficiais. (SÁ, 2002, p. 80).

Por sua vez, para Monjardet (*apud*, OLIVEIRA JUNIOR, 2007, p.6) “a análise da cultura profissional dos policiais é o ‘calcanhar-de-aquiles’ de toda pesquisa sobre a polícia [...]”. É como se, no processo de interpretação dos seus dados, “o pesquisador se encontrasse confrontado com a necessária consideração de uma ‘variável’ imprevista [...] que, por conseguinte, convém designar-se por ‘cultura profissional’. O autor afirma que esta pode ser considerada como princípio explicativo das condutas policiais, “[...] o que parece escapar à lógica organizacional, quer seja apreendida em termos hierárquicos (prescrições, controle, sanção) ou em termos racionais (objetivos, meios, eficácia).”

Sendo assim, conclui-se que a Polícia Militar é uma instituição onde disciplina e hierarquia são valores sociais. E a disciplina militar tem como condição e produz como efeito justamente uma distribuição dos indivíduos em uma forma piramidal de poder. Complementa SÁ (2002, p. 113):

O civil pode fazer tudo o que não é proibido pelas leis, já os militares só podem fazer aquilo que é permitido. O militarismo é representado como uma vida normativa mais rígida e regulamentar – é um exemplar exagerado de um mundo administrado. O maior sinal disso é que na vida militar os detalhes são muito importantes.

Depreende-se daí o processo de construção e transformação de um indivíduo que por hora se comporta no mundo civil, e através da utilização de um modelo de formação articulado e lastreado nas bases institucionais da hierarquia e disciplina do militarismo, o desenvolve para atuar como policial militar, passando assim para o universo militar.

Além disso, se os sujeitos sociais não estão dados desde sempre e não são meros receptáculos de conteúdo e formas, mas são “inventados” a partir de determinadas relações de poder, a ideia de uma cultura policial pode, por vezes, sugerir a existência de um processo de internalização pelo qual os agentes policiais absorveriam os códigos de moralidade do seu grupo profissional, sem que se problematizasse o processo de constituição do próprio sujeito social. Nesse prisma, resta importante “explicitar os mecanismos de poder implicados no processo de subjetivação pelo qual passam aqueles indivíduos que são “sequestrados” da vida social pelo aparelho policial do Estado” (Sá, 1998, p. 158) para compreender como se dá a interação entre os processos disciplinares e a construção do “Eu”.

Ao entender isso, poder-se-á entender, a meu ver, as condições sociológicas que possibilitam a existência de trajetórias voltadas e dispostas, tanto prática, quanto teoricamente, ao exercício do poder policial militar, ao exercício policial do monopólio do uso da violência pelo Estado. As próprias condições que possibilitam a existência de uma cultura policial. (SÁ, 1998, p. 158).

A disciplina e a hierarquia objetivam fixar o indivíduo e seu campo de ação ao espaço interno da instituição militar, afastando-os dos códigos e valores do mundo exterior. Assim, as organizações de estado-maior “estruturam sua coesão interna com base em postulados e mecanismos de funcionamento que escapam em grande medida às contingências da realidade imediata”. (REIS FILHO, *apud* SÁ, 2002, p.29). Todavia, hierarquia e disciplina são mais do que classificações e práticas de divisão do espaço social. Além de sua força tecnológica de divisão, são símbolos e valores sociais que preenchem de significado os elementos constituintes da coletividade militar:

A hierarquia, além de ser um princípio geral, norteia toda a vida da instituição militar, reunindo, de maneira singular, um princípio dado na lei e uma conduta a ela associada. Ela é o primeiro de divisão social de tarefas, papéis e status. (LEINER, *apud* SÁ, 2002, p.30).

O policial militar integra uma instituição permanente de burocracia militar e policial do campo estatal brasileiro. Os policiais militares estão divididos em duas carreiras sociais distintas uma da outra, apesar de interdependentes: oficiais e praças. Ambas as categorias são organizadas em forma de “carreira”, com planos e previsões de ascensão, com prêmios e castigos sustentando um sistema constante de avaliação. Oficiais e praças são princípios de

divisão que produzem visões específicas no interior da organização. “(...) de um lado, estão os comandantes e, de outro, os subordinados respectivamente, as “cabeças pensantes” da corporação e a tropa, a elite dirigente e o conjunto dos subalternos” (SÁ, 2002, p.30).

Ser policial militar é estar posicionado na cadeia de comando e obediência, como comandante ou subordinado. É atuar em órgãos de execução, de apoio ou direção, em torno dos quais se busca um planejamento de atividades pela organização da força física derivada de um modo específico de manejo do espaço coletivo e de seus instrumentos para o uso dos governos estatais. “É, enfim, estar em uma carreira para a qual há um processo regular e gradativo de educação e treinamento”.(SÁ,2002, p. 81).

Igualmente, a figura do Estado que ancora a “oficialidade” e relevância da missão de polícia “evoca inúmeros rituais obrigatórios na vida do policial, observados de forma mais rigorosa que os formalismos das organizações privadas”. Tais rituais enaltecem a disciplina, erigida como elemento imprescindível de controle interno e incluem desde gestos obrigatórios de reverência aos níveis mais altos da hierarquia, passando por instruções, códigos de postura e apresentação corporal, até desfiles e outras solenidades que, “de forma suntuosa, transmitam ao público e aos próprios policiais uma imagem de excelência, tradição e espírito de corporação”. (OLIVEIRA JUNIOR, 2007, p. 51).

As Academias de Polícia são ambientes onde primordialmente se buscam moldar o espírito de corpo militar. *Lócus* de manifestação e construção da cultura policial, a Academia é uma instituição de ensino policial militar que responde a uma dupla exigência: a construção da “boa conduta” por meio do enquadramento disciplinar e o desenvolvimento de uma identidade social, a partir da qual os “indivíduos disciplinares” aprendem a reconhecer a si mesmos como membros de uma coletividade. Neste sentido, a compreensão do processo de “adestramento” militar se põe como um duplo problema: a) o da construção de um espaço disciplinar; b) o da construção de um espaço identitário. “Trata-se de pensar como são construídos os indivíduos enquanto corpos disciplinados, possibilitando ao mesmo tempo a fixação do indivíduo enquanto sujeito capaz de obter um autoreconhecimento específico ligado à cultura do grupo.” (FOUCAULT, apud SÁ, 2002, p.76).

Importante destacar que “a promoção do recrutamento, instrução e treinamento de seus quadros, a produção social de homens instruídos e treinados, ganhou um lugar específico nos anais da história institucional dos policiais militares”. Tal esforço de profissionalização e educação dos quadros da organização parte da criação, em 1929, da escola de Formação Profissional da Força Pública. Sua missão era a de fornecer instrução literária e técnico-

profissional aos homens que se candidatavam ao primeiro posto do oficialato militar. (SÁ, 2002, p. 81).

Em tese, a formação policial é um ciclo que objetiva preparar o profissional para lidar com diversos conflitos que afetam a sociedade. De tal maneira, o trabalho policial é bastante complexo e para tanto ele precisa de uma formação sistêmica e própria de cada contexto com os desafios que encontrará na sua atuação profissional. No contexto hierárquico militar, o processo de formação e treinamento policial deve proporcionar os conhecimentos fundamentais para o exercício da sua profissão. Consoante aponta Cordeiro e Muniz (2010, p. 2):

[...] a natureza complexa do trabalho policial de sustentação cotidiana da paz sob o império da lei, da afirmação de direitos e salvaguardas em ambientes voláteis e difusos marcados por incertezas, riscos e perigos, evidencia os limites de se seguir adotando uma perspectiva de educação corporativa orientada por modelos estanques e acrílicos.

No entanto, os indivíduos recrutados e selecionados para o ingresso na carreira de soldado da Polícia Militar precisam, na verdade, aprender e aderir às normas e valores domilitarismo. Atualmente, isso ocorre durante os nove meses, em regime de semi-internato, no qual os neófitos são submetidos às regras disciplinares e éticas da instituição escolar, sendo esta organizada na forma de quartel-escola, onde, sob a vigilância constante de uma equipe de oficiais e graduados ocupados com o esforço pedagógico, são modelados os futuros policiais militares.

Nessa lógica, nos cursos de formação para policiais militares o alunado “é treinado para reproduzir a ordem ritualmente, como efeito dramático. Assim, o espírito de Estado contribui para formação de um *habitus* de polícia.” Quando atua de forma ostensiva em locais públicos, o policial é a face mais visível do Estado, concentrador de capital simbólico. “O policial, de uma forma ou de outra, está também imbuído desse capital, representando-o através de seu *habitus* específico, que inclui o caráter de ser agente estatal, possuindo certa especialização”. (OLIVEIRA JUNIOR, 2007, p. 50-51).

DaMatta(*apud* KANT de LIMA, 1997, p. 97):

Antes que se proponham currículos e metodologias, cumpre levar em conta que a formação policial no Brasil ainda é marcada por uma concepção autoritária do emprego da polícia, e que os próprios policiais não estão indefesos a valores culturais de uma sociedade fortemente preconceituosa e hierarquizada.

Muito se discute nos meios acadêmicos, na mídia geral, nas ruas, casos de atuação ou desempenho dos policiais militares, ora se discute o excesso do uso diferencial da força, ou

como a ocorrência foi conduzida, e na maioria das vezes o assunto se reverbera para o despreparo da polícia, indicando-se como raiz do problema a formação ou treinamento recebido, ou não. Essa tripla relação - despreparo, formação e treinamento recebido - é inegavelmente “comum, quando se questiona o desempenho das polícias, relacionar o mau desempenho com o despreparo, e atribuir o despreparo à má formação”. (KANT DE LIMA, 2007, p. 73).

Poncioni (*apud* CHANFANA, 2011, p. 39) alerta para a diferença que existe entre o conhecimento adquirido nos estabelecimentos de ensino da polícia e a realidade do trabalho cotidiano da polícia. Acrescenta ainda que, “na formação inicial, os elementos da polícia são treinados, essencialmente, para aplicar a Lei e respeitar as regras internas da instituição”. No entanto, “diariamente, a polícia é confrontada com uma diversidade de situações para as quais tem que tomar decisões que não estão necessariamente nas diretrizes, procedimentos ou na Lei”.

De maneira semelhante, Baylay (*apud*, BASÍLIO, 2008, p. 20) afirma que “definir o que a polícia faz não é questão simples, não só porque é difícil assegurar o acesso permanente a ela, mas também por motivos intelectuais”. Este autor identifica três maneiras distintas de descrever a atividade policial, cada uma a partir de diferentes fontes de informação. “O trabalho policial pode se referir primeiro, ao que a polícia é designada para fazer, segundo, às situações com as quais ela tem que lidar; terceiro, às ações que ela deve tomar ao lidar com as situações”.

Por sua vez, Trauttman (*apud*, BASÍLIO, 2008) identificou três tipos de aprendizados que ele considerou essencial para serem usados pelas academias de formação que desejem realizar um treinamento efetivo rumo à formação adequada e própria dos futuros policiais que são: aquisição de conhecimentos (*Knowledgelearning*), desenvolvimento de habilidades (*skilllearning*) e aprendizagem comportamental (*attitudelearning*).

Basílio acredita que compreender o que o policial realiza diariamente é essencial passo para a construção de um programa de formação adequado. O treinamento deve estar relacionado com o serviço a ser desempenhado na sociedade. Numa sociedade democrática “a tendência é que a formação do policial seja voltada para a prevenção dos delitos, para a resolução de problemas e garantia dos direitos humanos”. (2008, p. 20).

Constata-se que a temática do “preparo” dos policiais ingressou na agenda das políticas públicas de segurança, havendo uma “espécie de mantra” acerca da necessidade de se “(re) qualificar” os policiais para que possam “cumprir sua missão” nos termos requeridos por uma sociedade que se quer democrática, livre e plural. Entretanto, trata-se de um grande



desafio conseguir que a tal “capacitação policial” signifique uma nova formação policial voltada para o ambicionado *profissionalismo policial*, segundo Cordeiro e Muniz (2010, p. 2).

Além disso, o fato de constar na agenda não significa, necessariamente, que seja a maior das prioridades políticas. Segundo Poncioni:

[...]pode causar certa perplexidade o fato de que a educação policial, considerada pelos países democráticos um instrumento para o alcance de padrões de excelência necessário ao trabalho policial para a condução da ordem e segurança pública de forma efetivamente democrática, não tenha conseguido ainda se consolidar como prioridade em relação à segurança pública na sociedade brasileira contemporânea. (2012, p. 329)

A fim de romper o ciclo da formação do profissional de segurança pública, baseado na cultura policial militar, com raízes do militarismo, a aposta frequentemente levantada por estudiosos da área de segurança, por formuladores de políticas públicas, por autoridades de governo e pelos próprios policiais, é a necessidade de maior *profissionalização* da polícia brasileira, como um recurso para capacitá-la para o desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na condução da ordem e da segurança pública (PONCIONI, 2012).

Nesta direção observa-se que, embora existam inovações nos discursos dos dirigentes das Academias da Polícia no que tange ao papel da polícia e sua relação com a sociedade, os cursos de formação profissional para os futuros policiais não retratam a concepção do fazer profissional proveniente das políticas públicas propostas para a área. “E, mesmo que haja algumas modificações, como matérias acrescidas nos currículos, não há alterações importantes entre os conteúdos programáticos, a carga horária e a metodologia dos referidos cursos”.(PONCIONI, 2012, p.316).

Desse modo, a mudança na formação policial com acréscimo de disciplinas voltadas aos direitos humanos, à ética, à cidadania e aos direitos das minorias não é capaz, *de per se*, de resolver o problema da segurança pública. Algumas pesquisas já veem apresentando que mesmo tendo se criado toda uma estrutura de modificação no ensino policial, “alguns elementos e visões antigas de se fazer polícia ainda permanecem”. Evidente que mudanças no sistema de formação policial incorreriam em resistências, assim como na manutenção de traços e elementos “de uma cultura institucional corporativa e de tolerância a certas práticas que reforçam o arbítrio, o abuso e a ilegalidade dentro de uma instituição marcada pelos seus rituais hierárquicos e relações de poder instáveis”.(CRUZ e BRASIL, 2011, p. 5).

Poncini tece uma crítica às supostas “reformas” ou “mudanças”:

No que diz respeito, especificamente, à formação profissional do policial verifica-se que, até o momento, não foi constituído um amplo e sistemático debate sobre os modelos policiais profissionais e as estratégias necessárias à

transmissão e sedimentação de conhecimentos, valores e comportamentos para nortear uma extensa e profunda reforma na forma de atuação dos operadores de segurança pública (...) verifica-se um caráter descontínuo e fragmentário das reformulações propostas, evidenciando-se que as experiências realizadas não se constituem parte de uma ampla proposta de segurança pública nos moldes de uma política pública. (2012, p. 328).

Por fim, o tema não se esgota em si mesmo, acredita-se que a formação do policial possui diversas complexidades, uma delas prevalece relacionada à cultura ancorada em símbolos e preceitos do militarismo, transferidos, ininterruptamente, para os novos policiais a cada ano. Romper esse ciclo, na visão de muitos dos pesquisadores referenciados, é condição essencial para traçar novas estratégias de formação do *profissional* de segurança pública, e não do *militar*, pois a atuação é cada vez mais dinâmica e requer desses profissionais um senso de percepção e seleção de conhecimento para cada ocasião ou ocorrência policial, sendo na maioria das vezes moldada por uma complexidade que responsabiliza o profissional de segurança pública pela escolha de soluções da maneira mais correta e profissional. Portanto, é imprescindível uma capacitação sistêmica e adequado conhecimento para o ambiente de sua atuação.

## 2. O “ESPÍRITO DE CORPO” E SUA “SOBREVIVÊNCIA” NOS CURRÍCULOS DAS ACADEMIAS DE POLÍCIA ESTADUAIS: uma breve revisão da literatura

Para dialogar com a temática<sup>6</sup> da formação e do ensino da PMBA, faz-se necessário abordar alguns trabalhos atuais produzidos que se dedicaram à análise crítica da formação do profissional de segurança pública. Neste capítulo busca-se refletir sobre estudos que trataram dos modelos de formação profissional das polícias militares estaduais, especialmente no tocante às reformas curriculares e mudanças nas práticas pedagógicas ocorridas em seus sistemas de ensino profissional. Cabe salientar que a revisão destes estudos não se pretende exaustiva, pois a intenção é a de identificar algumas categorias relevantes para se pensar elementos de permanência e mudança na formação policial.

De maneira geral, a literatura aponta uma lacuna significativa entre a educação profissional dos cursos de formação policial e a atuação prática posterior a tal formação, no “confronto da rua”, no exercício rotineiro das atividades, sendo este um dos grandes desafios contemporâneos - adequar a teoria à prática policial. Pode-se ir além, e pensar no sentido oposto de adequar as velhas práticas às teorias recentes. Para Hamada (2013), trata-se de uma situação que mobiliza e mescla campos teóricos e práticos e “força” as instituições de ensino policial a buscarem o aperfeiçoamento de processos educacionais, incluindo-se nesse contexto as práticas pedagógicas nos cursos de formação.

Em pesquisa recente sobre a reforma das escolas de polícia, em especial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Brunetta(2015) demonstrou que em tais reformas do ensino policial militar são reproduzidas tendências políticas e pedagógicas promovidas nas décadas de 1990 e 2000 na educação regular. Segundo o autor, as reformas educacionais para a formação dos profissionais da segurança pública foram propagadas por normativas federais de caráter regulatório e coincidem com as reformas aplicadas a todos os níveis do ensino regular brasileiro, sendo objetos de críticas.

---

<sup>6</sup> Espírito de Corpo é o orgulho inato aos homens de farda por integrar o Exército Brasileiro, atuando em uma de suas Organizações Militares, exercendo suas atividades profissionais, por meio de suas competências, junto aos seus superiores, pares e subordinados. Deve ser entendido como um "orgulho coletivo", uma "vontade coletiva". O espírito de corpo reflete o grau de coesão da tropa e de camaradagem entre seus integrantes e se exterioriza por meio de: canções militares, gritos de guerra e lemas evocativos; uso de distintivos e condecorações regulamentares; irretocável apresentação e, em especial, do culto de valores e tradições de sua Organização Militar. (Fonte: <http://www.eb.mil.br/valores-militares>. Acesso em: 05/03/2017).

Em São Paulo, de acordo com o referido estudo de Brunetta, o esforço pela modernização do Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo (SEPM) resultou em contradições quanto à materialização de objetivos “efetivamente relacionados às conquistas democráticas e à construção de uma formação cidadã ao profissional em segurança do cidadão” (2015 p. 15). Aindana visão de Brunetta (2015 p. 16):

A educação que se pretende vanguarda no processo de reforma da Polícia Militar, ao se pautar pela ideia de universidade corporativa, acaba por criar apenas uma espécie de escola nos moldes do mercado, o que possibilita afirmar que esta se realiza dentro dos mesmos padrões defendidos pela lógica de mercado, o que se mostra ainda muito distante da realização de princípios emancipadores.

Neste sentido, o autor afirma que há distinções entre as perspectivas de tornar efetiva a relação entre as práticas de formação e a que pretende alcançar a satisfação do aluno, pois nesta última condição não há quaisquer garantias de que ocorra a participação ativa do discente no processo de ensino-aprendizagem, “pode-se dizer que as chances são ainda menores de que se realize a experimentação de práticas democráticas no processo de formação.” (BRUNETTA, 2015 p. 16)

Consoante o mesmo autor:

Aproximando-se as críticas apontadas por Moore e Young (2001) às normativas do ensino da PMESP, é possível constatar que a presença dessa dicotomia entre o “tradicionalismo neoconservador” e o “instrumentalismo técnico” encontra solo fértil na Diretriz Geral de Ensino da PMESP. Sobretudo, em razão de que essa instituição, no que tange aos objetivos e às necessidades atuais de seus órgãos de ensino quanto à formação do policial preparado para atuar em uma ordem social e política democrática, está atualmente configurada em uma oposição entre o tradicionalismo militar – relacionado às concepções de polícia como instrumento de repressão e pautadas predominantemente no uso da força como instrumento de ação – e as necessidades de modernização da polícia, relacionadas à construção de uma perspectiva humanista, democrática, respeitosa aos direitos humanos, o que tem correspondido também aos ditames de flexibilização do trabalho contidos nas novas propostas educacionais. (2015 p. 19)

Em seu trabalho sobre a Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, Hamada (2013) trata de refletir acerca da importância da formação profissional do policial militar, alegando ser difícil, em um curto período de formação, que todos os aspectos da função policial sejam repassados para os policiais, uma vez que existem lacunas no ensino formal em sala de aula. “Somente aqueles que já vivenciaram e passaram por determinadas situações possuem informações preciosas retidas na memória, constituindo um arcabouço de saber prático e profissional”. (p.142). Além disso, “ao analisar o desenvolvimento das mudanças em termos educacionais da Polícia Militar ao longo dos anos, foi possível verificar como a demanda pela

formação do policial militar teve influência das dimensões social, política e econômica em cada fase de transformação do Brasil”. (HAMADA, 2013, p. 140). Rockwell e Mercado mostram a relevância da reconstrução dessas passagens no tempo diante das mudanças curriculares e da prática docente dado o fato de essas concepções constituírem-se elementos articuladores dos processos da instituição escolar. “Nesse sentido, vale observar que as transformações vividas pela sociedade trazem significados nas práticas docentes à medida que novas demandas são apresentadas no momento político, social ou econômico vivido em cada passagem histórica.” (*apud*, HAMADA, 2013, p.140).

A respeitada PMMG, Hamada observa que ao longo da trajetória das políticas e práticas de formação no âmbito da Corporação muitas transformações ocorreram em seu sistema de ensino. Em termos de ensino na instituição, a modernização decorreu também da exigência cada vez maior da sociedade em “se fazer polícia com profissionalismo. (...) o treinamento policial passou a ser feito com observância tanto na segurança do policial como no respeito ao cidadão”. (2013 p. 154). Como consequência, internamente, começou-se a estudar a educação para formação policial em estabelecimentos de ensino civil, passando-se a ter uma nova perspectiva, a despeito daquela que seguia modelos militares reproduzidos das Forças Armadas. “Essa nova visão é refletida diretamente na apresentação dos currículos dos cursos de formação e na emergência dos direitos humanos, inclusive com parceria junto à Cruz Vermelha Internacional, cujo foco privilegia a proteção do cidadão”. (2013 p. 156).

No bojo dessa análise de parcerias entre a Polícia Militar e a Universidade, outro exemplo tem espaço no estado do Ceará. Cruz e Brasil (2011) avaliam como positiva a parceria estabelecida entre a Polícia Militar do Ceará - PMCE e a Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Nesta parceria da SSPDC com a UECE, houve uma integração das academias, não só na discussão como na implementação dos cursos, principalmente nos cursos de formação. Esta integração compreende a participação de instrutores das academias de polícia militar e civil no ensino de disciplinas consideradas mais operacionais, enquanto que as disciplinas de fundamentação teórica, do domínio das Ciências Sociais e Humanas ficavam a critério dos professores da Universidade. (CRUZ e BRASIL, 2011, p. 6)

Os pesquisadores realizaram análise das ementas, apostilas e na proposta do projeto do curso de formação, percebendo “uma preocupação em unir o ensino das técnicas e culturas militares a fundamentos teóricos que permitam uma atuação policial comunitária - ao menos no tocante à forma como as disciplinas do curso estão ministradas”. (2011, p. 7). Quanto à diversidade das metodologias das disciplinas ministradas pela UECE e PM-CE, discorrem os

autores haver uma parceria equitativa, com divisões das responsabilidades sobre a execução dos componentes curriculares. São quatorze (14) disciplinas sob a responsabilidade da UECE e quinze (15) a cargo da Polícia Militar. “No entanto, o ensino é fragmentado, pois não há um dispositivo que promova a interdisciplinaridade, que realmente favoreça uma formação fundada nos valores humanistas preconizados pela educação universitária”. (p.8).

Do ponto de vista dos autores:

As estruturas da PM são marcadas por valores que, muitas vezes, geram distanciamento entre os profissionais da segurança pública e os cidadãos civis. São valores rígidos por uma cultura militar de hierarquia verticalizada e pouco afeita a crítica. Inseridos nessas estruturas e compondo-as, há muitos policiais que ingressaram nos quadros da PMCE, até a década de 1990, e não receberam uma formação com objetivos coincidentes aos da atual proposta, e a situação se torna mais grave, ainda, quando os policiais recém formados ficam subordinados a estes policiais ao ingressarem na corporação militar (CRUZ e BRASIL, 2011 p. 10).

Essa percepção sinalizada pelos autores acerca do “choque” entre a formação de um profissional de segurança pública (“novato”) - a partir de conhecimentos adquiridos de uma proposta pedagógica avançada - e as barreiras que ele encontra quando passa a atuar na prática, nas ruas, interpostas, especialmente, pelos profissionais aos quais estará subordinado, formados segundo métodos e conteúdos dos currículos anteriores, é um grande entrave para a evolução e aprimoramento da formação.

O quadro abaixo, elaborado por Santos (*apud*, HAMADA, 2006, p.160) apresenta uma classificação comparativa do “ensino militar” e da “educação profissional” no que diz respeito a algumas dimensões específicas, quais sejam: autonomia da instituição; forma de matrícula e tipo de vínculo do aluno; diretrizes educacionais e normas discentes; punição, dentre outras. Como observado o aluno no ensino militar tem uma abordagem diferente da educação profissional, tais como: sua carga-horária é mais extensa, o dobro da profissional, onde o mesmo possui direito a bolsa de estudo para que possa se dedicar integralmente, a forma de acesso se dá por meio de concurso público, gerando assim um vínculo empregatício. Já na educação profissional o candidato participa de um processo seletivo, não existindo vínculo empregatício e sem direito a bolsa de estudo, onde no final ele irá concorrer no mercado de trabalho com ampla concorrência.

Essas particularidades são importante para o trabalho ora apresentado por se tratar de uma diferença na forma de abordagem dos cursos de formação militar com característica de curso técnico, mas voltada para uma formação específica e particularizada, onde o aluno terá

que cumprir determinadas regras e a doutrina imposta pelos regimentos interno da policia militar.

**Quadro1** - EspecificidadesdoEnsino Militar e Educação Profissional de Nível Técnico do Ministério da Educação

<b>ESPECIFICIDADES</b>	<b>ENSINO MILITAR</b>	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>
Autonomia das escolas	Pouca	Ampla
Matrícula em curso	Mediante concurso Público e exames	Imediata à inscrição ou após processo seletivo
Normas discentes	Regulamento disciplinar, código penal e processual-militar	Regimento da escola e regulamento de curso
Diretrizes educacionais	Casuísticas e com enunciados específicos	Enunciados genéricos e amplos
Disposição do aluno para o curso	Total, com direito a bolsa de estudos	Parcial, sem recebimento de bolsa de estudos
Ano letivo	1600 horas	800 horas
Desenvolvimento do curso	Vários órgãos envolvidos	Somente a escola
Vínculo do aluno com a escola	Empregatício	Pedagógico
Frequência	Obrigatória, com abono de faltas	Não-obrigatória, sem abono de faltas
Classificação no curso	Gera vantagens pessoais para o aluno	Inexiste o conceito classificatório
Dedicação dos docentes ao ensino	Parcial	Exclusiva
Punição	Administrativa, disciplinar e penal	Administrativa

Fonte: Reproduzido de SANTOS *apud* HAMADA(2013, p. 160)

SegundoSilva(*apud*,HAMADA, 2013, p. 159):

Mesmo com uma estrutura que se equipara às melhores escolas do estado, moldada nas diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Ministério da Educação, o ensino profissional na Polícia Militar de Minas Gerais ainda possui deficiências, apontando algumas necessidades conforme o seguinte: Criação de um Quadro de Profissionais de Educação Profissional de Segurança Pública, para evitar a rotatividade daqueles que participam diretamente do processo de ensino-aprendizagem que, na maioria das vezes, são possuidores de habilitações, mas não são possuidores de habilidades suficientes para as ações administrativas e docência [...].Criação de um Quadro de Pedagogos, para que possam orientar, coordenar e inspecionar o processo de ensino-aprendizagem do IESP e Implementar um Centro de Capacitação de Especialistas em Educação Profissional de Segurança Pública, para que os educadores busquem condições de se atualizar nos aspectos pedagógicos, de interação tecnológica e pessoal. Aprender não apenas os conteúdos de suas disciplinas e tarefas a serem realizadas, mas as possibilidades múltiplas do processo de formação dos policiais.

O mesmo autor comenta ainda que a necessidade de fortalecer o quadro pedagógico na estrutura de ensino da Polícia Militar relaciona-se com a coordenação e interatividade do processo de ensino-aprendizagem. O estudioso aponta alternativas para facilitar essa interação na prática pedagógica. Um exemplo da utilização de modernas concepções com utilização de tecnologia é a aplicação de simuladores de treinamento com uma série de situações que os policiais encontram nas ruas, o que possibilitaria aperfeiçoar a resolução de problemas com o uso progressivo da força, armas letais e não letais.

Para Basílio, ao analisar o processo de formação da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ), destaca que o processo seletivo para o provimento de cargo de soldado policial militar com sua descrição de cargo e interligar essas informações (requisitos de escolaridade, prova escrita, exame médico, exame psicotécnico, exame físico e pesquisa social) com o programa de treinamento. Em primeiro lugar, a pesquisa documental revelou que não há uma descrição minuciosa a respeito das funções/atividades do soldado PM. No Estatuto dos Policiais Militares há somente duas referências às atribuições dos soldados: “Art. 37. Os Cabos e Soldados são, essencialmente, os elementos de execução. Já o Art. 39 – Cabe ao policial-militar a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar (2007 p. 73)”.

Conforme Basílio (2007 p. 76):

[...] o treinamento também tem uma ligação estreita com a descrição de cargo. No caso em questão, não foi detectada uma descrição precisa e detalhada do que o soldado PM faz no seu dia-dia na qual pudesse ser visualizada suas atribuições, responsabilidades, conhecimentos necessários que balizariam a modelagem do treinamento.

Milkovich e Boudreau (*apud*, BASÍLIO, 2007, p. 72) afirma que o processo seletivo visa a solucionar dois óbices básicos em uma organização. O primeiro é o da adequação do homem ao cargo, e o segundo é o da eficiência e eficácia do homem no cargo. Nesse sentido, a seleção é um processo de comparação entre duas variáveis: de um lado, os requisitos do cargo a ser preenchido e do outro, o perfil das características dos candidatos que se apresentam. No caso da PMRJ, após o processo de seleção os candidatos aprovados são submetidos a um treinamento de 1.160 horas/aulas. Esse treinamento é realizado no Centro de Formação de Praças (CFAP), com uma duração de 32 semanas. O programa está dividido em três módulos. Sendo o módulo I, teórico; o módulo II, teórico e prático e o último, prático onde os alunos realizam um estágio supervisionado nas unidades operacionais da PMERJ, perfazendo um total de 288 horas/aula. (BASÍLIO, 2007).



Ao investigarem um curso de aperfeiçoamento de curta duração para praças e oficiais no curso de “Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas” (EOTAM), França e Gomes (2015) esboçam alguns apontamentos colocando em destaque a identificação de um híbrido entre objetivos de formação técnica do “ser policial” e de formação de uma identidade simbólica do “ser militar” em cursos policiais militares, inclusive o caso em análise, que “transformam-se em palcos rituais[...] nos quais os alunos passam por processos de *liminaridade*”, que consiste na supressão temporária da hierarquia entre os alunos para fazê-los incorporar valores que os ensinam ser preciso sofrer para merecer um status superior (2015 p. 147). Assim, os policiais já formados participam especialmente dos cursos de aperfeiçoamento porque carregam a distinção de serem considerados mais “operacionais”, visto que nestes cursos são ensinadas técnicas que os habilitam a desenvolver atividades nas tropas especializadas, ou tropas especiais.

Complementam os autores:

Na construção da complexa rede de relações entre os policiais militares, os quais convivem dentro de uma estrutura organizacional que não está apenas presa à hierarquia formal, há outras formas de acesso às instâncias de dominação. Os ritos ajudam a orientar a formação nos diversos cursos no sentido de se conquistarem os valores [...] como o orgulho, o brio, a coragem, o vigor, a disposição para a atuação nas ruas.

Na perspectiva de Storani (*apud*, FRANÇA e GOMES, 2015, p. 148-149), tais cursos de aperfeiçoamento criam uma situação afirmativa de “conversão” dos “já convertidos”. Na realidade desses cursos, “a pedagogia do sofrimento torna-se ainda mais intensa em instruções (atividades pedagógicas no seio policial militar) nas quais a violência física contra os alunos e a pressão psicológica aliada à capacidade de superação são os principais balizadores morais”. (p. 148-149).

Asseveram França e Gomes (2015):

[...] a força da cultura militarista e a distorção no uso dos seus elementos pelas PMs no país, adicionando um sentido bélico à atuação profissional dos policiais nas ruas, criam resistências a qualquer plano de mudanças. E devido ao fato de todas as PMs possuírem características culturais similares, a análise do EOTAM revela que muito há ainda a percorrer na construção de uma democracia real, especialmente no que diz respeito ao protagonismo da ação policial na sociedade. Neste caso, os PMs também devem estar inseridos na sociedade, sendo respeitados em sua integridade desde a formação profissional para que interiorizem valores como dignidade e respeito pelo próximo, em vez de aprenderem com o sofrimento a hierarquizar papéis sociais [...] que por sua vez carrega consigo o errôneo sentimento do dever cumprido (p. 154).

Esta breve revisão bibliográfica permitiu compreender a dimensionalidade de certas categorias centrais no fenômeno da formação policial, quais sejam: vinculação aos símbolos e regramentos do Exército; a interferência da hierarquia e excessiva “disciplinarização” dos policiais em formação sobre suas autonomias e amadurecimento de visões humanizadas e democráticas acerca da relação Estado-sociedade-polícia; dentre outras. Percebe-se também que embora os textos tratem de estudos de caso único, em nível estadual, indicam a existência de problemas e questões comuns às corporações policiais, independente da localização geográfica.

### **3. ANÁLISE DO PROGRAMA DE TREINAMENTO EXISTENTE NA PMBA E SUAS INTERFACES COM AS DIRETRIZES DA MCN**

Este último capítulo se propõe, inicialmente, a apresentar aspectos da política nacional de formação e valorização policial, bem como discutir as orientações pedagógicas e conteúdos ementários da MCN. Num segundo momento, o texto se concentra em investigar a estrutura e conteúdo do programa de formação de soldados executado pela PM-Ba, identificando quais elementos da MCN foram incorporados neste programa, bem como quais outros se destacam. Neste sentido, foram utilizados os documentos DGE (Diretrizes Gerais de Ensino), PGE (Plano Geral de Ensino), e NPCE (Normas para o Planejamento e Condução da Educação) datados de 2012-2015, 2016, 2012-2013 respectivamente. O documento “PGE” foi adquirido por meio de uma solicitação a uma fonte (com cargo de oficial) que possuía relações mais próximas junto ao pessoal do CFAP. Já os documentos DGE e NPCE podem ser encontrados para consulta na Internet, sendo disponibilizados no sítio da própria instituição ([www.pm.ba.gov.br](http://www.pm.ba.gov.br)).

Reconhece-se que a delimitação temporal desta pesquisa não foi a ideal, tendo em vista que a análise de aspectos de uma política não deve se limitar a um período curto de tempo, afinal de contas nenhuma política é situacional, ela decorre de um processo que compreende dinamismo de atores, capacidades, ideias e práticas. No entanto, foram feitas algumas tentativas de encontrar o maior número de documentos relacionados à formação implementada no âmbito do CFAP, mas sem sucesso dentro do prazo que este pesquisador dispunha. Diante disso, foi realizada a análise nos documentos localizados e disponibilizados, evidenciando a dificuldade do pesquisador em ampliar a pesquisa.

Como recurso metodológico, a pesquisa fez uso do método documental com análise de conteúdo. Os documentos constituem fontes de informações, possibilitando ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Segundo Cellard (2008), o documento, em muitas ocasiões, permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente, além disso, não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas remotas. Nessa perspectiva, o uso de documentos como fonte de dados em pesquisa social é justificável, pois permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre

outros, sendo uma técnica fundamental para estudos comparativos e, ou, quando o acesso a outras fontes de dados seja difícil.

O pesquisador, ao trabalhar com fontes de tal natureza, enfrenta uma série de dificuldades desde aquelas relacionadas ao acesso a determinados documentos, notadamente institucionais, até aquelas de credibilidade e representatividade que interferem na análise final do material. Silva (2009) afirma ser impossível transformar um documento, sendo necessário aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso. No entanto, torna-se, essencial saber lidar com as fontes documentais, mesmo as mais limitadas/incompletas. Todavia, é fundamental valer-se de um olhar crítico acerca dos documentos utilizados.

Cellard (2012) indica a existência de cinco dimensões para a avaliação preliminar dos documentos, quais sejam: a) contexto -considerar o contexto histórico no qual foi elaborado o documento, o universo sócio-político do autor (pessoa física ou jurídica); b) autoria -precisa ter vista a identidade do autor, seus interesses e motivos de elaboração; c) autenticidade e confiabilidade do texto - relação existente entre o autor e o que ele escreve, tempo transcorrido desde a escrita, possíveis manipulações de dados e informações; d) natureza do texto - ou seu suporte e estrutura; e) conceitos-chave e a lógica interna do texto - delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos, avaliando sua importância e seu sentido, e também a lógica interna, o esquema ou o plano do texto.

A técnica de análise indicada, no caso da pesquisa documental, é a da análise do conteúdo. Ressalta-se que a análise de conteúdo é uma dentre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto, adotando normas sistemáticas de extrair significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio dos elementos mais simples do texto (CHIZZOTTI, 2006). Segundo Ludke e André (1986), o processo de análise de conteúdo dos documentos tem início a partir da definição sobre a unidade de análise, quando o investigador pode selecionar segmentos específicos do conteúdo para fazer a análise<sup>7</sup>.

Tomando por base as orientações metodológicas acima, foram analisadas e sistematizadas 289 páginas de documento ao total, sendo 162 do documento da PGE, 72 do documento da DGE e 55 do documento da NPCE. Tal a análise compreendeu, num primeiro momento, a classificação de seus conteúdos em planilhas estruturadas segundo as seguintes unidades de análise: Disciplina (MCN), Disciplina adotada PMBA, Carga Horária

---

<sup>7</sup>Contudo, o método de codificação escolhido dependerá da natureza do problema, do arcabouço teórico e das questões específicas de pesquisa. Existem dois tipos: i) Unidade de Registro; ii) Unidade de Contexto.

Recomendada (MCN), Carga Horária adotada PMBA, Metodologia Recomendada (MCN), Metodologia Adotada PMBA, Modalidades Atividades (MCN), Modalidades Atividades Adotadas PMBA, Tipos de Avaliação (MCN), Tipos de Avaliação Adotados PMBA, Ementa (MCN), Ementa Adotada PMBA, Bibliografia (MCN), Bibliografia Adotada, Disciplinarização do Corpo, Símbolos patrióticos, Obediência e Hierarquia, Regras Punitivas/Desvios, Tática de Confronto/ Uso da Força. Posteriormente, foram identificadas duas dimensões centrais na política de formação de soldados em curso na PMBA – a formação para “ser militar” e a formação para “ser profissional de segurança”, o que nos indica a introdução de elementos de mudanças no programa, mas a preservação e, talvez, priorização de aspectos e símbolos próprios da constituição do “ser militar”.

Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa documental<sup>8</sup> permitiu aqui corroborar dimensões e conceitos recorrentes no âmbito de outras pesquisas acerca da formação policial, dentre as quais podem ser citadas: o modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro (POCIONI, 2005), Formação e ensino na polícia militar: Concepções e subordinações políticas; filiações e adesões pedagógicas (BRUNETTA), O Desafio da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Utopia ou Realidade Possível?(BASILIO, 2007), as transformações no sistema de ensino da polícia Militar de Minas Gerais: um estudo histórico dos modelos de formação profissional (HAMADA, 2013), a nova educação das polícias militares: limites e potencialidades (CRUZ E BRASIL), A crise de identidade das polícias militares brasileira – dilemas e paradoxos da formação educacional (MUNIZ, 2001), só para citar alguns.

#### **4.1. Política Nacional de Formação e Valorização Policial**

Com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Decreto nº 2.315/97), o governo federal passou a liderar uma série de processos de revisão de políticas e instituições nessa área. Trata-se do que alguns autores da Ciência Política denominaram de “recentralização federativa”. Na visão de estudiosos da segurança pública, esta retomada de espaço da União nas questões de segurança, considerando o período de nove anos transcorridos desde a redemocratização do país, demorou a ocorrer na tentativa de se evitar

---

<sup>8</sup>Figueiredo (2007) aconselha que o conceito de documento seja bem definido a fim de não comprometer os procedimentos da pesquisa. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador.

um esvaziamento do poder dos governadores sobre suas burocracias com exclusividade sobre o uso da força, rememorando os tempos da ditadura (CANO, apud, SANTOS, 2010).

A partir da criação dessa instância burocrática federal, diversas ações políticas vieram a ser estruturadas, que no caso da área de segurança exige obrigatoriamente o estabelecimento de relações intergovernamentais e intragovernamentais na formulação e implementação das políticas públicas (SANTOS, 2010). Talvez o melhor exemplo seja o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) cujo objetivo era colocar em prática as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), bem como articular ações de segurança pública com foco nas áreas sociais no âmbito do governo Federal, Estadual e Municipal. Neste, uma das principais diretrizes era valorização dos profissionais de segurança pública; a modernização das instituições de segurança pública e o fortalecimento das guardas municipais e do policiamento comunitário. Battibugli (2012) aponta que no campo da valorização profissional existem programas específicos: auxílio-moradia, bolsa formação com estímulo à qualificação profissional com foco nos direitos humanos, policiamento comunitário, uso progressivo da força etc. “Como incentivo, o profissional da segurança recebe bolsa de estudos. Em alguns estados, esse valor chega a representar acréscimo de 40% do salário”.

A criação do SUSP centrava-se, num primeiro momento, na integração entre as polícias, Civil e Militar, a partir da constatação do distanciamento e conflitos existentes entre essas agências. Assim, integrar seria o primeiro passo, pois ter um Delegado Geral traçando suas estratégias de um lado, e um Comandante Geral traçando suas estratégias por outro, não seria o ideal para se alcançar êxito numa política de segurança. Este seria o primeiro ponto, para que de forma paulatina fosse criado um ciclo completo de polícia.

Isso também é corroborado pelas ideias da MCN, uma vez que sua malha curricular procura direcionar a formação única para os polícias civis e militares, gerando progressivamente uma unificação das academias de polícias. A unificação das academias não ficaria limitada, conforme aponta o PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública), somente aos currículos da base operacional, mas atingiria também aos setores intermediários e superiores. Ou seja, a formação se daria de forma unificada entre, oficiais, praças, delegados e agentes de forma descentralizada.

Conforme aponta no seu documento, o PNSP:

[...] esse sistema de segurança pública unificado não se confunde com a junção das funções institucionais, legais, das polícias. Pressupõe, isso sim, a unificação da formação, da requalificação, das rotinas e das áreas de atuação das polícias civis e militares. A formação unificada das polícias é fator

imprescindível para a integração coordenada, profissional e ética do trabalho preventivo e investigativo, tendo sempre como destinatário o cidadão, a sua defesa e a proteção de seus direitos.

A estruturação de uma política nacional de formação e valorização profissional impulsiona ganhos individuais e coletivos dado que investe em profissionais cuja qualificação pessoal para o uso da força atinge a toda a sociedade e as próprias burocracias. Como constata Muniz:

Como se pode imaginar, os esforços de superação de paradigmas militarista e criminal tem possibilitado, hoje, debates acalorados acerca da reformulação dos currículos, dos conteúdos disciplinares e da própria metodologia de ensino para todos os níveis de formação policial. Existe um consenso, dentro e fora das agências policiais, de que os processos de formação e instrução estão defasados e inadequados não só em relação às exigências posta na ordem do dia pela população, mas também em relação às próprias necessidades internas das organizações. Em razão da histórica precariedade dos conhecimentos obtidos nas Academias de Polícia, os PMs, sobretudo os oficiais superiores, têm sistematicamente buscado suprir suas carências profissionais por conta própria, isto é, de forma individualizada ingressando nas universidades ou realizando cursos técnicos que julgam intuitivamente serem úteis ao desempenho do seu trabalho. (2001, p.13)

Basílio complementa afirmando que o objetivo do ensino policial, nos estados da federação busca-se por base a perspectiva de um conhecimento pautado na garantia dos direitos do cidadão como foco de ação. Salienta-se que existe uma autonomia dos Estados membros, no tocante às políticas de segurança pública. Isso se justifica em função dos programas de formação policial estardiretamente interligados às polícias estaduais. (BASÍLIO, 2007, p. 56).

A LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação) faz referência ao ensino militar de forma muito sucinta, restringindo-se a apenas indicar que tal ensino será regulamentado por legislação própria. O que já é feito por alguns estados para parametrizar a formação por leis estaduais e, na ausência dessas o ensino é regulamentado por portarias, BGO (Boletim Ostensivo Geral) publicado pelo comando Geral da instituição, fazendo com que a adesão a proposta da MCN se torne mais fácil (BASÍLIO, 2007).

No ano de 2003, foi apresentada a MCN em um seminário nacional sobre segurança pública, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública, o qual tinha por objetivo divulgar e estimular ações formativas voltadas para a padronização do ensino policial. As diretrizes pedagógicas constantes no documento enfocavam as atividades formativas dos profissionais da área de segurança pública. O delineamento e a avaliação das ações formativas e a malha curricular composta por disciplinas que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e

atitudinais buscaram propor ações de formação visando a garantir unidade de pensamento e ação dos profissionais de segurança pública. A identificação das necessidades de formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoal das polícias estaduais está no cerne da proposta da Matriz Curricular Nacional. Nessa direção, houve um incentivo à compatibilização dos currículos para garantir o princípio da equidade dos conhecimentos e a modernização do ensino policial (BASÍLIO, 2017).

**Quadro 2 – Estrutura Textual Documento MCN**

Seção	Subseções	Total páginas
1.1 A NOVA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL: O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E OS PONTOS FORTALECIDOS	1.1.1 Novos Tempos, Novas Exigências	5
1.2 O PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO E AS COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS	1.2.1 Competências Relacionadas às Tarefas Desenvolvidas pelos Policiais Cíveis e Militares	17
	1.2.2 Competências Relacionadas às Tarefas Desenvolvidas pelos Bombeiros Militares	
1.3 PRINCÍPIOS DA MATRIZ	1.3.1 Princípios Éticos	3
	1.3.2 Princípios Educacionais	
	1.3.3 Princípios Didático-Pedagógicos	
1.4 OBJETIVOS	1.4.1 Objetivo Geral	1
	1.4.2 Objetivos Específicos	
1.5 A DINÂMICA CURRICULAR: EIXOS ARTICULADORES E ÁREAS TEMÁTICAS	1.5.1 Eixos Articuladores	10
	1.5.2 Áreas Temáticas	
1.6 ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	1.6.1 Os Processos de Ensino e Aprendizagem e o Desenvolvimento de Competências	12
	1.6.2 Contextualização, Interdisciplinaridade e Transversalidade	
	1.6.3 Metodologia e Técnicas de Ensino	
	1.6.4 Sistema de Avaliação de Aprendizagem e a Formação de Novas Competências	
1.7 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA SENASP	1.7.1 Das referências e dos Princípios a Serem Seguidos	20
	1.7.2 Do Desenho dos Currículos, Programas e Planos de Ensino	
	1.7.3 Da metodologia de Ensino	
	1.7.4 Das prescrições a Serem Consideradas no Planejamento e Execução das Ações Formativas	
	1.7.5 Malhas Curriculares para as Ações Formativas de Segurança Pública	
	1.7.6 Ementas das Disciplinas	
	1.7.7 Referências Bibliográficas	
2.1 ÁREA TEMÁTICA I- SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA	2.1.1 Disciplina: Estado, Sociedade e Segurança Pública	16
	2.1.2 Disciplina: Sistema de Segurança Pública	
	2.1.3 Disciplina: Fundamentos da Gestão Pública	
	2.1.4 Disciplina: Gestão Integrada e Comunitária	



2.2 ÁREA TEMÁTICA II - VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL	2.2.1 Disciplina: Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade	8
	2.2.2 Disciplina: Criminologia Aplicada à Segurança Pública	
2.3 ÁREA TEMÁTICA III - CONHECIMENTOS JURÍDICOS	2.3.1 Disciplina: Direitos Humanos	11
	2.3.2 Disciplina: Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	
2.4 ÁREA TEMÁTICA IV - MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS	2.4.1 Disciplina: Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	3
	2.4.2 Disciplina: Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	
	2.4.3 Disciplina: Análise de Cenários e Riscos	
	2.4.4 Disciplina: Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	
2.5 ÁREA TEMÁTICA V - VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	2.5.1 Disciplina: Relações Interpessoais	12
	2.5.2 Disciplina: Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	
	2.5.3 Disciplina: Educação Física	
2.6 ÁREA TEMÁTICA VI - COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	2.6.1 Disciplina: Língua e Comunicação	30
	2.6.2 Disciplina: Documentação Técnica 1	
	2.6.3 Disciplina: Telecomunicações	
	2.6.4 Disciplina: Tecnologias e Sistemas Informatizados	
	2.6.5 Disciplina: Gestão da Informação	
	2.6.6 Disciplina: Inteligência de Segurança Pública	
	2.6.7 Disciplina: Estatística Aplicada à Segurança Pública	
	2.6.8 Disciplina: Introdução à Análise Criminal	
2.7 ÁREA TEMÁTICA VII - CULTURA, COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA	2.7.1 Disciplina: Ética e Cidadania	14
	2.7.2 Disciplina: Diversidade Étnico-Sócio-cultural	
	2.7.3 Disciplina: Identidade e Cultura da Organização Policial	
	2.7.4 Disciplina: Ordem Unida	
2.8 ÁREA TEMÁTICA VIII- FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	2.8.1 Disciplina: Abordagem	33
	2.8.2 Disciplina: Preservação e Valorização da Prova	
	2.8.3 Disciplina: Atendimento Pré-Hospitalar	
	2.8.4 Disciplina: Uso Diferencial da Força	
	2.8.5 Disciplina: Defesa Pessoal Policial	
	2.8.6 Disciplina: Armamento, Munição e Tiro	
	2.8.7 Disciplina: Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas	
3.1 ÁREA TEMÁTICA I - SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA	3.1.1 Disciplina: Sistema de Segurança Pública	14
	3.1.2 Disciplina: Fundamentos da Gestão Pública	
	3.1.3 Disciplina: História do Bombeiro no Mundo e no Brasil	
	3.1.4 Disciplina: Sistema de Defesa Civil	

3.2 ÁREA TEMÁTICA II - VIOLÊNCIA, CRIMES E CONTROLE SOCIAL	3.2.1 Disciplina: Psicologia das Emergências	4
3.3 ÁREA TEMÁTICA III - CONHECIMENTOS JURÍDICOS	3.3.1 Disciplina: Direitos Humanos	14
	3.3.2 Disciplina: Fundamentos Jurídicos da Atividade de Bombeiro Militar	
	3.3.3 Disciplina: Proteção Ambiental	
3.4 ÁREA TEMÁTICA IV - MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	3.4.1 Disciplina: Análise de Cenários e Riscos	11
	3.4.2 Disciplina: Sistema de Comando de Incidentes - SCI	
	3.4.3 Disciplina: Atuação do Bombeiro Militar Diante de Desastres	
3.5 ÁREA TEMÁTICA V - VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	3.5.A Disciplina: Relações Interpessoais	12
	3.5.2 Disciplina: Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	
	3.5.3 Disciplina: Educação Física	
3.6 ÁREA TEMÁTICA VI - COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	3.6.1 Disciplina: Língua e Comunicação	17
	3.6.2 Disciplina: Documentação Técnica	
	3.6.3 Disciplina: Telecomunicações	
	3.6.4 Disciplina: Tecnologia da Informação e Comunicação	
3.7 ÁREA TEMÁTICA VII - CULTURA, COTIDIA NO E PRÁTICA REFLEXIVA	3.7.1 Disciplina: Ética e Cidadania	14
	3.7.2 Disciplina: Diversidade Étnico-Sociocultural	
	3.7.3 Disciplina: Identidade e Cultura da Organização Bombeiro Militar	
	3.7.4 Disciplina: Ordem Unida	
3.8 ÁREA TEMÁTICA VIII - FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	3.8.1 Disciplina: Ciências Aplicadas à Atividade Bombeiro Militar	35
	3.8.2 Disciplina: Atendimento Pré-Hospitalar	
	3.8.3 Disciplina: Salvamento Aquático	
	3.8.4 Disciplina: Salvamento Terrestre	
	3.8.5 Disciplina: Salvamento Em Altura	
	3.8.6 Disciplina: Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	
	3.8.7 Disciplina: Prevenção a Incêndios	
	3.8.9 Disciplina: Combate a Incêndio	

**Fonte:** elaboração própria com base na MCN (2016)

Quando se refere à formação policial, o foco recai sobre a qualificação dos profissionais de segurança pública, por meio da qual eles obterão os conhecimentos, habilidades e atitudes especificam para o exercício das funções próprias da atividade policial. Já o aperfeiçoamento, seria a reciclagem de alguns conhecimentos adquiridos para o exercício das atividades policiais, através de um portfólio de cursos, ora disponibilizados no mercado, ora pela própria instituição. Já o treinamento, procura aprimorar os conhecimentos, habilidades e atitudes

desses profissionais, bem como novos conhecimentos para melhorar o seu desempenho no dia-a-dia.

Segundo informações apresentadas na MCN, o primeiro passo traçado pela Matriz consistiu na análise das organizações policiais, bem como dos discursos e agendas – nacionais e internacionais – existentes a respeito da necessidade de se formar profissionais, conforme os seguintes norteadores: i. *reconhecimento* das características da sociedade contemporânea e diversas formas de violência e criminalidade nos espaços urbanos e rurais; ii. *compreensão* das formas de organização do Estado moderno e dos papéis das instituições de segurança pública, dos seus profissionais e da sociedade na construção de uma cultura de paz; iii. *inclusão* de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e integração das ações de justiça e segurança; iv. *desenvolvimento* de competências e habilidades para um perfil profissional que seja capaz de se comunicar, relacionar com a comunidade, mediar conflitos, atuar proativamente pautando-se nos princípios dos Direitos Humanos, administrar o uso da força, utilizar técnicas e tecnologias não letais, gerenciar crises, lidar com grupos vulneráveis, lidar com a complexidade, o risco e a incerteza, utilizar tecnologias para planejar ações de prevenção, investigar crimes e solucioná-los, utilizar metodologias que possibilitem identificar problemas, bem como buscar, implementar e avaliar soluções (BRASIL, 2014).

Para Muniz:

[...] o problema da formação e do preparo dos quadros policiais militares tem consistido em uma variável importante, não apenas para a afirmação corporativa de uma “identidade policial”, mas também para a prestação eficaz dos serviços ostensivos civis de polícia. Se o tradicional modelo pedagógico militar prioriza o adestramento e o condicionamento voltados para a constituição de uma força combatente.[...] Mostra-se, pois, indispensável o desenvolvimento da capacidade individual de tomada de decisão em situações voláteis e com um elevado grau de aleatoriedade. Ter iniciativa, criatividade e discernimento para lidar com a variabilidade das circunstâncias contingentes, dos imponderáveis e, sobretudo, das emergências na vida das pessoas é parte indissociável do trabalho policial rotineiro. (2001, p. 10)

Assim, diante dos pontos levantados, enumerados e diagnosticados, a MCN valeu-se de um estudo profissiográfico e mapeamento de competências, através do Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública, elaborado pela SENASP com a contribuição de diversos pesquisadores. Faiad (*et al*, 2012) destacam que a “profissiografia” é considerada um tipo de proposta metodológica que tem como objetivo norteador o levantamento do perfil profissiográfico de um determinado cargo, ou seja, realizar uma análise, detalhada de suas características e peculiaridades.

Faiad (*et al*, 2012) defendem que o recrutamento e a seleção de profissionais com perfil para o desempenho de suas funções tornam-se as estratégias de recursos humanos mais importantes para as organizações, visto que agregam indivíduos com potencial para contribuir com o alcance da missão e dos objetivos organizacionais. Para tanto, existe a necessidade de conhecer as especificidades de atuação de cada cargo e função e as condições de trabalho e desempenho das atividades laborais, visto que pesquisas na área de avaliação psicológica, relacionadas especialmente às avaliações dos comportamentos de policiais, têm sido cada vez mais imperiosas no cenário mundial e, em particular, no Brasil. Poucas investigações se dirigiram a identificar causas e consequências de comportamentos considerados adequados/inadequados por parte de policiais, ou sobre melhores formas de intervenções para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de desempenhos competentes (MOURA, apud, FAIAD *et al*, 2012). Por sua vez, a gestão por competências diz respeito “a uma tecnologia alternativa aos modelos tradicionalmente utilizados para mapear e promover ações de desenvolvimento contínuo no trabalho” (FAIAD *et al*, 2012).

A proposta da Matriz pautou-se, portanto, no estudo profissiográfico e mapeamento de competências em busca de um perfil desejado por cada organização e que fosse congruente ou similar às categorias dos profissionais da área de segurança, reunindo competências básicas e específicas, através de eixos articuladores e áreas temáticas. Por meio dos princípios pedagógicos e das dimensões dos conhecimentos associam-se as orientações para o desenvolvimento das capacidades gerais, adquiridas progressivamente, e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas da área da segurança pública (BRASIL, 2014).

No mesmo entendimento, para se estabelecer um modelo de formação profissional, antes de qualquer coisa, é imprescindível conhecer as competências a serem desenvolvidas. Quais são as tarefas cotidianas desempenhadas? Isso é o que os especialistas em recursos humanos denominam descrição de cargos, outros, perfil profissiográfico. No caso dos profissionais de segurança pública, existem algumas variações segundo peculiaridades de cada região. De todo modo, o perfil deve se interligar ao processo de recrutamento e seleção. Na realidade, a competência que se pretende desenvolver no profissional de segurança pública é um somatório de atributos intelectuais, físicos (disciplinarização do corpo) através do condicionamento, morais (que o agente público precisa respeitar), como sociais (para lidar com diferentes faixas sociais) respeitando-as de igual forma, além do conhecimento necessário para sua atuação no dia-a-dia.

É inócuo almejar que ao final do programa de treinamento o policial seja capaz de inferir a respeito dos conflitos sociais, psicológicos, culturais, legais se não possuir um conjunto de características que permitam a ele compreender, analisar e decidir a respeito da complexidade de sua função na sociedade. Em gestão de pessoas, ser eficiente e eficaz é aplicar um conjunto de testes próprios e selecionar a pessoa certa para o local certo. (BASÍLIO, 2007, p.57).

A MCN recomenda 34 disciplinas para a formação do profissional de segurança pública, onde há núcleo comum entre o policial militar e o policial civil, agregando todas essas disciplinas. Já para o bombeiro militar a malha curricular é diferente, recomendando 31 disciplinas próprias e específicas com carga-horária 974 h/a, enquanto que para o policial militar e civil são 908 h/a, mostrando-se menor de uma para outra (**Quadro 2**).

Dada as disciplinas recomendadas pela matriz curricular e com base nas consultas realizadas aos pesquisadores que debatem a política pública voltada para formação e comportamento do policial militar na sua atividade diária, o que menos se aproxima de uma formação voltada para o profissional de segurança pública é a disciplina que trabalha a Ordem Unida. Trata-se de uma disciplina estritamente militarizada que objetiva contribuir para permanência da cultura militar. As demais disciplinas ora apresentadas contribuem e se aproximam ao ideário de uma formação mais profissional e com valores democráticos.

Por fim, a respeito da MCN cabe esclarecer que tal ferramenta político-pedagógica não se constitui um programa de curso de formação policial. Trata-se de um documento com diretrizes e orientações que deverão ser processualmente implementadas pelas polícias estaduais em seus respectivos cursos de formação, de maneira a unificar os saberes do profissional de segurança pública com os conceitos contemporâneos e críticos a respeito do fazer segurança. Além do mais, no documento são reconhecidas a autonomia dos estados na escolha e implementação das sugestões que lhes forem cabíveis e pertinentes.

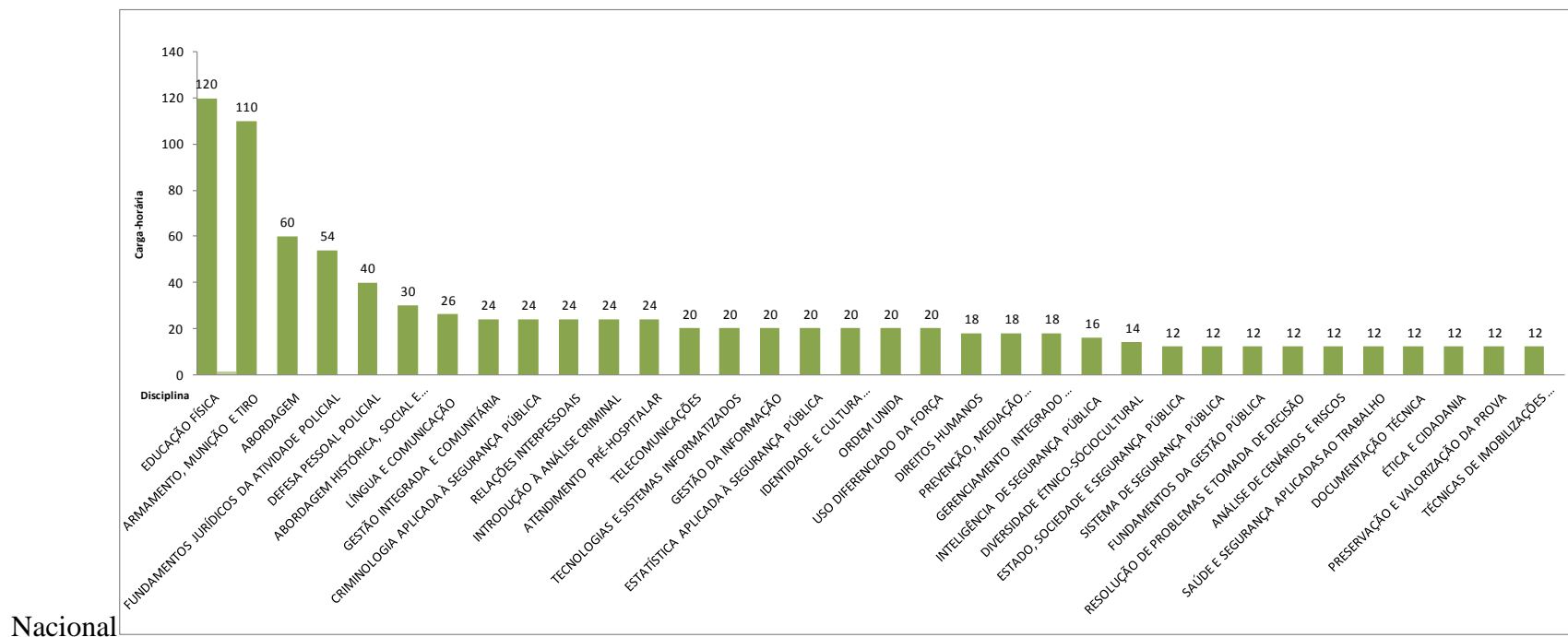
O gráfico 1 exhibe uma distribuição da carga horária de cada disciplina recomendada pela MCN, onde se pode visualizar certo equilíbrio entre os componentes curriculares de cunho técnico e os de cunho humanístico.

**Quadro 2** – Disciplinas e Carga Horária da Matriz Curricular Nacional

<b>Disciplina (MCN)</b>	<b>Carga Horária Recomendada (MCN)</b>
Educação física	120
Armamento, munição e tiro	110
Abordagem	60
Fundamentos jurídicos da atividade policial	54
Defesa pessoal policial	40
Abordagem histórica, social e psicológica da violência e da criminalidade	30
Língua e comunicação	26
Gestão integrada e comunitária	24
Criminologia aplicada à segurança pública	24
Relações interpessoais	24
Introdução à análise criminal	24
Atendimento pré-hospitalar	24
Telecomunicações	20
Tecnologias e sistemas informatizados	20
Gestão da informação	20
Estatística aplicada à segurança pública	20
Identidade e cultura da organização policial	20
Ordem unida	20
Uso diferenciado da força	20
Direitos humanos	18
Prevenção, mediação e resolução de conflitos	18
Gerenciamento integrado de crises e desastres	18
Inteligência de segurança pública	16
Diversidade étnico-sócio-cultural	14
Estado, sociedade e segurança pública	12
Sistema de segurança pública	12
Fundamentos da gestão pública	12
Resolução de problemas e tomada de decisão	12
Análise de cenários e riscos	12
Saúde e segurança aplicadas ao trabalho	12
Documentação técnica	12
Ética e cidadania	12
Preservação e valorização da prova	12
Técnicas de imobilizações policiais e utilização de algemas	12

**Fonte:** elaboração própria com base em BRASIL, 2016.

**Gráfico 1 – Distribuição de Carga Horária por Disciplina Recomendada na Matriz Curricular**



Fonte:elaboração própria com base na MCN 2016

## 4.2. O Programa de Formação de Soldados da PMBa

As etapas de seleção dos candidatos, cujo ingresso se dá mediante concurso público, ocorrem segundo descrito em edital<sup>9</sup> - geralmente em conformidade ao disposto no art. 42, da Constituição Federal e a Lei Estadual 7.990, de 27 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia). O processo de seleção da PMBa é composto de prova escrita, exames médico, psicotécnico, físico e investigação social.

Os candidatos aprovados passam por um treinamento correspondente à 1.112 horas /aulas. Essa formação é coordenada e realizada pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), onde o(a) aluno(a), soldado da Polícia Militar ou bombeiro militar, uma vez que o concurso e processo seletivo são realizados ao mesmo tempo, ocorrendo a sua divisão somente no curso de formação, recebe uma bolsa de estudo, correspondente a um salário mínimo para a realização do curso no período de 9 meses.

Por conta da dimensão do estado da Bahia, o curso de Formação de Soldados de 2014 aconteceu de maneira desconcentrada, abarcando diversas regiões do estado, conforme distribuição das vagas apresentada no quadro 3. A distribuição do curso em diversas regiões do estado busca aproximar o candidato/aluno da região onde ele irá trabalhar posteriormente ao curso de formação. No momento da inscrição, o candidato possui uma discricionariedade para escolher a região que ele pretende trabalhar e essa distribuição contempla a possibilidade do mesmo estudar, ou melhor, realizar o curso de formação dentro daquela região/cidade para que o mesmo diminua a distância de sua residência com o processo de formação, uma vez que existe a possibilidade no primeiro momento, do ingresso/ aluno ficar em regime de internato, que contempla os dois primeiros meses.

---

<sup>9</sup> Salienta-se que o conteúdo curricular em análise corresponde ao processo seletivo de praças autorizado pelo Edital do Governo do Estado da Bahia /1/2012- Secretaria de Administração do Estado da Bahia, SAEB, de 02 de outubro de 2012.



**Quadro 3 – Distribuição de Vagas e Local de Realização do Curso de Formação de Soldados  
PMBA (2014)**

REGIÃO DE CLASSIFICAÇÃO- MUNICÍPIO/SEDE		QUADRO DE PRAÇAS				Nº Total de Vagas
		POLICIA MILITAR		BOMBEIRO MILITAR		
		PM Masculino	PM Feminino	BM Masculino	BM Feminino	
REGIÃO 01 – SALVADOR	Unidades subordinadas aos Comandos de Operações Policiais Militares e de Bombeiros Militares sediadas na Região Metropolitana de Salvador.	750	90	25	6	871
REGIÃO 02 - INTERIOR JUAZEIRO	Companhias Independentes da Polícia Militar sediadas em Juazeiro e 9º GBM (Juazeiro); 20º BPM (Paulo Afonso); 6º BPM (Senhor do Bonfim); 24ª CIPM (Jacobina); 25ª CIPM (Casa Nova); 45ª CIPM (Curaçá).	100	20	10	4	134
REGIÃO 03 - INTERIOR FEIRA DE SANTANA	Companhias Independentes da Polícia Militar sediadas em Feira de Santana; 4º BPM (Alagoinhas); 5º BPM (Euclides da Cunha); 14º BPM (Santo Antônio de Jesus); 20ª CIPM (Santo Amaro); 21ª CIPM (Cipó); 27ª CIPM (Cruz das Almas); 16º BPM (Serrinha); 32ª CIPM (Pojuca); 2º GBM (Feira de Santana); 11º GBM (Lençóis); 6ª CIPM (Rio Real); 51ª (Conde); 56ª CIPM (Entre Rios)	270	35	18	6	329
REGIÃO 04 - INTERIOR ILHÉUS	Companhias Independentes da Polícia Militar sediadas em Ilhéus e 5º GBM (Ilhéus); 13º BPM (Teixeira de Freitas); 15º BPM e 4º GBM (Itabuna); 8º BPM e 6º GBM (Porto Seguro); 33ª CIPM (Valença); 7ª CIPM (Eunápolis); 43ª CIPM (Itamaraju); 44ª CIPM (Medeiros Neto); 55ª (Ipiaú).	150	20	18	6	194
REGIÃO 05 - INTERIOR VITÓRIA DA CONQUISTA	Companhias Independentes da Polícia Militar sediadas em Vitória da Conquista e 7º GBM (Vitória da Conquista); 19º BPM e 8º GBM (Jequié); 34ª CIPM (Brumado); 17º BPM (Guanambi); 8ª CIPM (Itapetinga); 80ª CIPM (Cândido Sales); 79ª CIPM (Poções); 46ª CIPM (Livramento de Nossa Senhora)	150	25	10	4	189
REGIÃO 06- INTERIOR BARREIRAS	10º BPM (Barreiras); 28ª CIPM (Ibotirama), 36ª CIPM (Santa Maria da Vitória); 38ª CIPM (Bom Jesus da Lapa); 4ª CIPM (Macaúbas).	100	20	10	4	134
REGIÃO 07- INTERIOR ITABERABA	11º BPM (Itaberaba); 7º BPM (Irecê); 29ª CIPM (Seabra); 42ª CIPM (Lençóis).	105	30	10	4	149
<b>SUBTOTAL</b>		1625	240	101	34	2.000
<b>TOTAL GERAL</b>						2.000
DESCRIÇÃO DAS SIGLAS UTILIZADAS: SDPM - Soldado da Polícia Militar, SDBM - Soldado Bombeiro Militar, BPM - Batalhão de Polícia Militar; CIPM - Companhia Independente de Polícia Militar; GBM - Grupamento de Bombeiros Militar.						

**Fonte:** Edital do Governo do Estado da Bahia /1/2012- Secretaria de Administração do Estado da Bahia, SAEB, de 02 de outubro de 2012

O sistema de ensino da PMBA mantém os seguintes cursos de formação: a) Curso de Formação de Soldado PM e BM (CFSd); b) Cursos de Formação de Cabo PM e BM (CFC); c) Curso de Formação Especial de Sargento (CFES); d) Curso de Formação de Sargento PM e

BM (CFS); e) Curso de Formação de Oficiais Auxiliares (CFOA); f) Curso de Formação de Oficial PM (CFO); além destes, possui um curso de Educação Básica (Art. 10, DGE).

Tal sistema possui suas diretrizes regulamentadas pelo Plano Geral de Ensino (PGE), desdobrado-se em um planejamento integrado das atividades administrativo-pedagógicas relativas às formações que contemplam determinado período de ano letivo. Possui como finalidade o planejamento, a coordenação, a fiscalização e o controle das atividades de instrução, formação, atualização, habilitação, extensão, especialização e aperfeiçoamento dos Oficiais e Praças da PMBA (BAHIA, 2016). Por fim, a Diretriz Geral De Ensino - DGE reflete as diretrizes educacionais para todos os cursos realizados dentro da PMBA. Estas são desdobradas internamente nas demais estruturas da Corporação responsáveis pela elaboração dos planos educacionais anuais, consolidando o Plano Geral de Ensino (DGE, 2012).

A presente seção abarca uma análise do Plano Geral de Ensino, elaborado pelo CFAP, referente ao ano 2016. A estrutura do documento está apresentada no quadro abaixo, constando 37 seções, 49 subseções e um total de 162 páginas, sendo 21 páginas exclusivamente direcionadas para a formação dos soldados. Conforme consta no PGE, o documento se ancora na Lei 7.990, datada do ano de 2001; 2 Decretos do ano de 1960 e 1973, 4 portarias, datadas do ano de 1978, 1999, 2008 e 2009 e currículos dos Cursos de Formação de Praças, publicados em BGO (Boletim Geral Ostensivo) nº 074 datado de 1997.

#### **Quadro 5**– Estrutura Textual Documento PGE

Seção	Subseções	Total páginas
1 - FINALIDADE		1
2 - DOCUMENTAÇÃO BÁSICA		1
3- PLANEJAMENTO DE ENSINO		5
	a - Ano Letivo	
	b- Atividades Pedagógicas	
4 - ROTINA DIÁRIA DO DISCENTE		1
5 - CONDUTA DE ENSINO		8
	a- Regime Interno	
	b- Métodos e Processos de Ensino	
	c-Orientação Pedagógica e Psicopedagógica	
	d- Diretrizes aos Docentes	
	e- Processo de Avaliação, Controle de Frequência e Conclusão de Curso	
	f-Avaliação d Processo Administrativo- Pedagógico	
	g - Das Disciplinas e Atividades	
	h-Atividades Complementares	
	i-Administração do Ensino	
	J- Instrução para o Corpo Administrativo	

6 - PRESCRIÇÕES DIVERSAS		3
	a- Expediente Administrativo	
	b-Formaturas e Cerimônias	
	c- Relatório Anual de Ensino	
	d-Regime Disciplinar	
	e- Honorários de Ensino	
	f- Relatórios de Acompanhamento	
	g- Observações Finais	
APÊNDECE "A" Cargos e Funções dos Oficiais		3
APÊNDECE "B" Instruções para Coordenadores-Chefes nos BEICs e Núcleos de Ensino		1
APÊNDECE "C" Diretrizes ao Corpo Docente		3
APÊNDECE "D" Instruções para os Oficiais de Ligação e Acompanhamento na Aplicação de Verificações Finais		2
APÊNDECE "E" Normas para Revisão de Questões nas Verificações		3
APÊNDECE "F" Normas para Realização de Verificações em Segunda Chamada ou Substitutiva		1

APÊNDECE "G" Normas para Realização da Prática Policial Supervisionada(PPS) e Estágio Supervisionado (ES)	1
APÊNDECE "H" Normas para Realização da Jornada de Instrução Militar	2
APÊNDECE "I" Normas para Realização da Jornada de Instrução Policial Militar	1
APÊNDECE "J" Procedimentos para Realização da Atividade "Seminários de Temas Seleccionados	2
APÊNDECE "K" Normas para Realizaçã da Jornada de Instrução Policial Militar	2
APÊNDECE "L" Procedimentos para Realização da Atividade "Seminários de Temas Seleccionados	1
APÊNDECE "M" Normas Específicas para Execução e Avaliação da Atividade	2
APÊNDECE "N" Educação Física	10
APÊNDECE "O" Ficha de Avaliação da Atividade - Prevenção e Proteção Pessoal	1
APÊNDECE "P" Matrizes Curriculares de Cursos	6
APÊNDECE "Q" Ementário das Disciplinas e Atividades dos Cursos Realizados pelo CFAP	23
APÊNDECE "R" Questionários de Pesquisa	23
Questionário Sócio-econômico e Cultural do Aluno Soldado PM	

	Questionário de Avaliação do Curso	
	Questionário de Avaliação da Verificação	
	Questionário de Avaliação do Desempenho do Docente (CFSD, CFS, CEFS e CAS)	
	Questionário de Avaliação do Desempenho do Docente do Curso de Formação de Cabos PM	
	Questionário de Avaliação do Desempenho do Docente de Educação Física e Defesa Pessoal	
	Questionário de Avaliação Administrativa e do Desempenho da Turma (Docente)	1
APÊNDECE "S"	Planilha de Custos dos Cursos Previstos	2
APÊNDECE "T"	Relatório de Final de Curso	1
APÊNDECE "U"	Calendário Anual de Atividades Escolares	2
APÊNDECE "V"	Documentos Administrativos e Pedagógicos	1
APÊNDECE "X"	Termo de Apreensão de Prova	1
APÊNDECE "Y"	Solicitação de Desligamento	1
APÊNDECE "W"	Modelo de Termo de Declarações	1
APÊNDECE "Z"	Rotina Procedimental do Conselho de Ensino	1
ANEXO "A"	DECRETO Nº 23465 de 28 de maio de 1973	2

ANEXO "B"	PORTARIA Nº CG, S/Nº, Implementando LJNG Nº 06 de 22 de Fevereiro de 1978	3
ANEXO "C"	PORTARIA Nº 081 - CG/99 de 22 de setembro de 1999	3
ANEXO "D"	PORTARIA Nº 007 - CG/08 de 11 de fevereiro de 2008	15
ANEXO "E"	PORTARIA Nº 063 - CG/09 de 09 de setembro de 2009	1
ANEXO "F"	HINOS E CANÇÕES	7
	Hino Nacional Brasileiro	
	Hino à Bandeira Nacional	
	Hino ao 2 de Julho	
	Canção Força Invicta	
	Canção do CFAP	
	Canção "Adeus CFAP"	
GLOSSÁRIO		1

**Fonte:** elaboração própria com base na PGE 2016

Segundo o documento DGE (2012-2015), os objetivos educacionais do sistema de ensino da PMBA elencam os seguintes fundamentos norteadores focados em ações sistematizadas com foco na formação infantil, fundamental, médio, técnico profissional de nível médio e técnico profissional de nível superior (graduação e especialização), consiste ainda na formação e capacitação humana e profissional, bem como nos aspectos físicos, intelectual, psicológico, afetivo e moral, condições essas necessárias para desenvolver qualidades para o desempenho de suas atividades.

Para Basílio (2013), a LDB (Lei de Diretrizes Básicas) conceitua educação como sendo um conjunto de processos formativos que se desenvolvem em vários ambientes, inclusive no trabalho, tendo como uma de suas finalidades a qualificação do aluno para o trabalho. Neste tocante, para o Ministério da Educação (MEC), a educação profissional deve ser integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, ciência e tecnologia, e conduzida de modo que desenvolva aptidões para a vida produtiva. “Em relação ao ensino militar, a LDB restringe-se a seu artigo 83, pelo qual o ensino militar é regulado em lei específica, admitindo a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”. (BASÍLIO, 2013, p. 70)

No Art. 23 da DGE consta o desdobramento da LDB, destacando no seu §2º que a Educação profissional e técnica é que se destina a formação e aperfeiçoamento de policiais militares e bombeiros militares, na qual encontra-se sob a responsabilidade do CFAP, com exceção do curso de oficiais auxiliares, que entraram como praças na polícia e acenderam na profissão, que este fica a cargo da APM ( Academia da Polícia Militar). No Seu §4º aponta que a Educação Técnica de Extensão é aquela direcionada para capacitar os policiais e bombeiros militares para o seu aperfeiçoamento profissional, assim como para treiná-los para aquisição de novos conhecimentos. Já no §5º e §6º do mesmo artigo, afirma que as Unidades Operacionais Especializadas são capazes de realizar cursos de capacitação e qualificação e treinamentos, desde que possuam um projeto previamente elaborados, assim como um planejamento anexado ao NPCE para esses treinamentos.

Três são as modalidades de ensino<sup>10</sup> existentes no sistema da PMBA, a saber: I – **Curso** - prepara o indivíduo para a vida em sociedade, habilita pessoas para o exercício do cargo e das funções de policial militar e bombeiro militar, bem como capacita e qualifica policiais para desempenhar, de forma eficaz e eficiente, as técnicas e utilizar as tecnologias

---

<sup>10</sup> Quanto à finalidade, as modalidades de ensino o DGE classificam-se em: I – cursos: a) de formação; b) de aperfeiçoamento; c) de especialização; d) de capacitação; e) de qualificação; II – treinamento: a) adaptação; III – estágios: a) supervisionados; b) de especialização profissional; c) de capacitação profissional



inerentes as profissões; II – **Treinamento** - estimula as habilidades adquiridas no âmbito da modalidade do tipo Curso, como forma de melhor preparar fisicamente, psicologicamente e tecnicamente o policial militar e o bombeiro militar; III – **estágio** - tem como finalidade inserir o policial militar e o bombeiro militar em cenários reais a fim de avaliar a atitude, a capacidade intelectual de administrar as situações em tempo real e o condicionamento físico, psicológico e técnico em situações concretas, além de proporcionar novas experiências que possibilitem contrastar as diversas realidades (Arts. 8º ao 10º, DGE).

As atividades de ensino realizadas para o desenvolvimento da educação na PMBA, para fins de construção dos componentes curriculares, devem atender os seguintes perfis de conhecimento: I) **geral**: conhecimentos fundamentais nas áreas das ciências naturais, sociais, humanas e tecnológicas como forma de atender as necessidades educacionais básicas para a formação do indivíduo enquanto ser biopsicossocial; II – **específico**: conhecimentos técnico-profissionais para atender as especificidades da atividade policial nas dimensões institucional, organizacional e profissional como forma de suprir as necessidades educacionais próprias para o desempenho dos cargos e o desenvolvimento das funções nos âmbitos da segurança pública e da ordem pública. (Art. 7º, DGE).

No que diz respeito ao perfil de conhecimento considerado como “específico”, incumbe salientar a divisão interna existente: a. Institucional; b. Organizacional e c. Profissional. Esta divisão é particularmente interessante, tendo em vista que concentra os saberes “próprios” da atividade policial, que neste conjunto se aproxima da formação militar e se distancia da formação “geral humanista”.

Por conhecimento *institucional* compreende-se o conhecimento “**mandato policial**”, da polícia como instrumento de poder, como operadora da lei e administradora de conflitos. Como *conhecimento organizacional* considera-se aquele referente aos aspectos organizacionais da administração policial, dos princípios burocráticos que regem a organização policial, da cultura organizacional construída dentro dos mais variados processos de socialização; Por fim, o *conhecimento profissional* abrange os interesses profissionais nos seus aspectos materiais, que estão relacionados às condições de emprego e de trabalho de forma geral, nos seus aspectos corporativos, que estão relacionados às questões particulares da atividade policial, e nos seus aspectos profissionais propriamente ditos, que estão relacionados às questões que despertam a atenção, o que motiva, o que valoriza a atividade policial.

Observa-se neste trecho da DGE, alguma “naturalização” em relação às ideias de mandato policial, do policial como “aplicador” da lei e da existência de uma cultura

organizacional própria, além da divisão curricular da formação policial em duas dimensões principais, “ser profissional de segurança” e o “ser militar”, como se demonstrará a partir da análise dos dados a seguir.

A DGE (Art. 19) informa conceitua “currículo” como “[...] o documento que normatiza e orienta as atividades pedagógicas e educacionais dos cursos, buscando articular os fundamentos de ensino, os perfis de conhecimento e os processos de avaliação [...]. Os currículos para cursos de capacitação e qualificação devem ser precedidos por projetos de ensino encaminhados ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) ou à Academia de Polícia Militar (APM) para análise e parecer. Em seguida, O Departamento de Ensino delibera, podendo ser também recomendado por parte do Comandante Geral.

De acordo com o documento, os currículos vigentes nas unidades de ensino da Corporação devem passar por processos de atualização a cada dois anos ou quando o Comando Geral e, ou, o Diretor de Ensino assim expressarem. Essa avaliação para atualização ocorre através da constituição de uma Comissão de Avaliação Curricular, instituída através de ato administrativo. Fica à responsabilidade de cada unidade de ensino e sob a supervisão da coordenação do Departamento de Ensino (DE).

O programado curso de formação é dividido em dois módulos, o módulo I de cunho teórico e o módulo II de cunho teórico, mas com conhecimentos práticos, dentre eles uma parte destinada ao estágio supervisionado. Deste modo, o curso de formação de soldado de 2014 possui as seguintes disciplinas e respectivas cargas horárias, como apresentado no quadro abaixo.

**Quadro 4-** Disciplinas e Cargas horárias do Curso de Formação de Soldados (CFSD/2014)

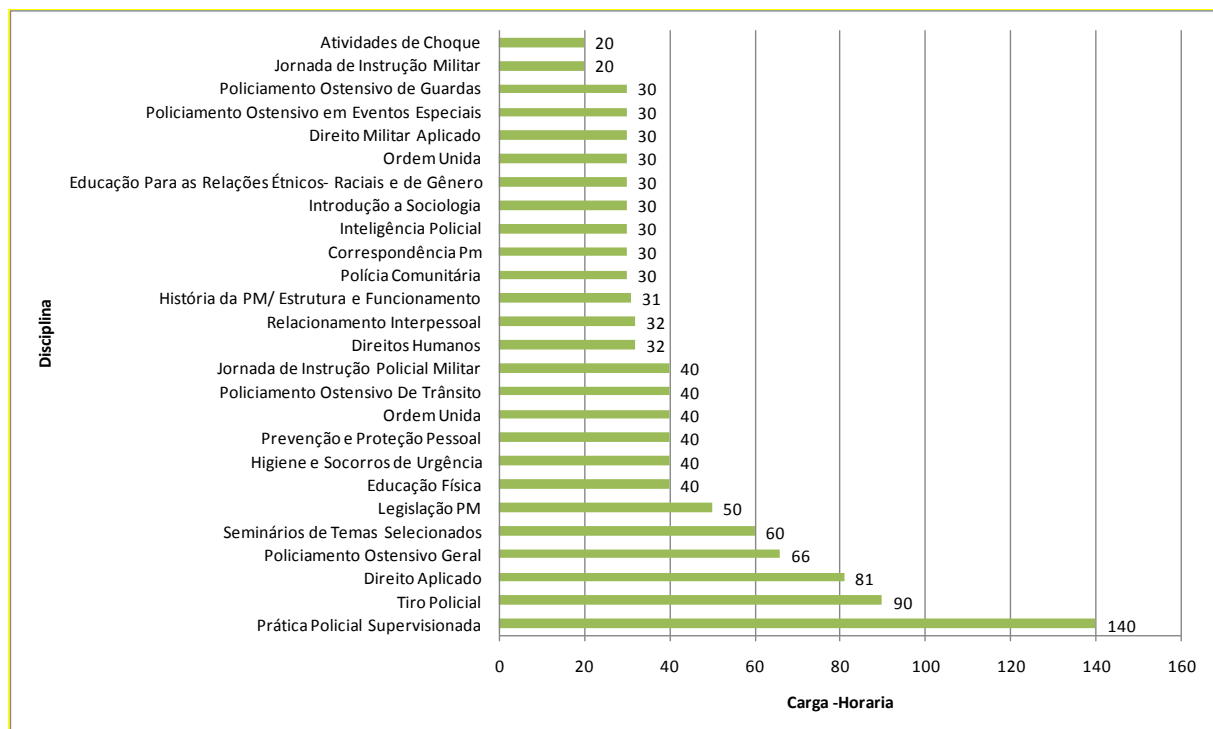
<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
Prática Policial Supervisionada	140
Tiro Policial	90
Direito Aplicado	81
Policimento Ostensivo Geral	66
Seminários de Temas Selecionados	60
Legislação PM	50
Educação Física	40
Higiene e Socorros de Urgência	40
Prevenção e Proteção Pessoal	40
Ordem Unida	40
Policimento Ostensivo De Trânsito	40

Jornada de Instrução Policial Militar	40
Direitos Humanos	32
Relacionamento Interpessoal	32
História da PM/ Estrutura e Funcionamento	31
Polícia Comunitária	30
Correspondência Pm	30
Inteligência Policial	30
Introdução a Sociologia	30
Educação Para as Relações Étnicos- Raciais e de Gênero	30
Ordem Unida	30
Direito Militar Aplicado	30
Policiamento Ostensivo em Eventos Especiais	30
Policiamento Ostensivo de Guardas	30
Jornada de Instrução Militar	20
Atividades de Choque	20

**Fonte:**elaboração própria com base no documento PGE, 2016.

O gráfico2 apresenta os dados do quadro acima, ilustrando a distribuição de carga horária entre as disciplinas previstas no curso.

**Gráfico 2–** Distribuição de Carga Horária por Disciplina no Curso de Formação de Soldados(CFSD/2014)



**Fonte:** elaboração própria com base em dados da PGE (2016)

Conforme as orientações da DGE, as disciplinas dos cursos devem informar a ementa e as referências bibliográficas. Contudo, vinte e duas (22) do total de vinte e seis (26) disciplinas do currículo do Curso de Formação de Soldados não apresentaram a listagem de referências bibliográficas, pois se baseiam em apostilas formatadas/elaboradas pelos próprios instrutores do CFAP.

#### **4.3. Análise Comparada das Propostas Pedagógicas e Curriculares para a Formação do Soldado Policial Militar - Governos Federal e Estadual**

A realização de uma análise comparada entre os dois documentos, MCN e a PGE, especificamente, auxilia a compreender o que a política nacional de segurança pública estabelece como parâmetro da formação do profissional de segurança pública e o que o governo do Estado da Bahia, através da PMBA, absorve no processo de formação de seus profissionais. No intuito de identificar a possível existência de dois vieses na formação do policial, foram elencadas as seguintes variáveis: Conteúdo Ementário, Perfil Profissiográfico, Carga Horária por Disciplina, Bibliografia e a formação com malha curricular propriamente militar da profissional.

A análise das duas propostas no que tange ao quanto elas se aproximam e se afastam, comungando objetivos, desenvolvendo uma formação compatível com as demandas presentes na sociedade é objeto do quadro 5. Todas as disciplinas abaixo estão presentes na malha curricular da PMBA e também na MCN. Das 35 disciplinas apontadas pela MCN, 15 estão presentes no currículo do CFSD/2014, ou seja, menos de 50% da malha curricular prevista na política nacional foi incorporada pelo governo estadual na formação de seus soldados.

**Quadro 5 – Conteúdos das Ementas de Disciplinas Correlatas (MCN x PMBA)**

DISCIPLINAS CORRELATAS	EMENTAS	
	MCN/SENASP	CFAP/PMBA
<b>GESTÃO INTEGRADA E COMUNITÁRIA</b>	Breve histórico da polícia comunitária; A polícia comunitária como filosofia de um trabalho integrado; A comunidade como “Locus Privilegiado”; As redes sociais com foco nas ações comunitárias; Os conselhos de segurança pública; fundamentos e princípios da gestão integrada e comunitária; Mecanismos do Estado que favorecem a implantação da gestão integrada e comunitária no âmbito da segurança pública; Policiamento orientado por problema; Estratégias que favoreçam a participação e mobilização da comunidade; Experiências de gestão integrada e comunitária na área de segurança pública internacionales nacional; Doutrina comunitária institucional.	Teorias sobre Polícia Comunitária; Emergência de novos modelos; Importância da Polícia; O ideal da instituição policial; Segurança como necessidade básica; A Polícia na satisfação das necessidades de segurança; Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário; Os dez princípios da polícia comunitária; Relação com a comunidade; Implantação do modelo de polícia comunitária; Princípios da polícia moderna; Polícia comunitária e sociedade; Os problemas da sociedade atual; Diretrizes para a integração com a comunidade: Parceria com a comunidade, Mudança gerencial, Resolução de problemas; Integração com entidades representativas da comunidade: a) Organização Policial, A comunidade, Autoridades constituídas e organismos governamentais, Comunidade de negócios; Instituições comunitárias, Veículos de comunicação; Identificação dos problemas sociais locais; Gestão pela qualidade em Segurança Pública; Estratégias institucionais para o policiamento: Combate profissional do crime (policiamento tradicional); Policiamento estratégico; Policiamento orientado para o problema (POP); Polícia comunitária; A gestão e as estratégias (modelos) de Polícia: Construir parcerias e mobilizar as lideranças comunitárias; Gestão de serviços na Polícia Comunitária e Tradicional; Mobilização social: Definição, organização comunitária, autonomia das organizações em relação à Polícia; Estratégias, Projeto social, Atividades que poderão ser desenvolvidas na comunidade; Estruturação dos Conselhos comunitários: Conselho comunitários; Fundamentação jurídica; Estatuto dos conselhos comunitários de segurança, Autonomia e isenção político-partidária dos conselhos, Finalidades; Condições para funcionamento, Sensibilização, Motivos, Dissolução, reativação e eleição; Portaria nº. 106-CG/12 de 27 Dez 2012.
	Abordagens histórico-culturais, observando os direitos humanos nas	Introdução; Atuação das Polícias; Abordagem sobre a noção de homens

<p style="text-align: center;"><b>DIREITOS HUMANOS</b></p>	<p>atividades exercidas; História social e conceitual dos direitos humanos e fundamentos históricos e filosóficos; Desmistificação dos direitos humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista, enfocando as dimensões ético-filosófica, histórica, jurídica, cultural, econômica, psicológica e político-institucional dos direitos humanos na ação do profissional da área de segurança pública; A ação do profissional de segurança pública nos mecanismos de proteção internacional e nacionais dos direitos humanos; Fontes, sistemas e normas de direitos humanos na aplicação da lei: sistema universal (Organização das Nações Unidas ONU), sistemas regionais de direitos humanos. O Brasil e o sistema interamericano de direitos humanos (Organização dos Estados Americanos OEA); Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política; Programa nacional de direitos humanos, a segurança pública e o Sistema Nacional de Direitos Humanos; Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais; O profissional de segurança pública frente às diversidades dos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade; Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa; A cidadania do profissional da área de segurança pública; Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função dos profissionais da área de segurança pública: Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ONU - 1948); Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José (CADH); Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP); Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CCT); Código de Conduta para os Funcionários Encarregados da Aplicação da Lei (Código de Conduta); Princípios orientadores para aplicação efetiva do código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei (Princípios Orientadores); Princípios básicos sobre a utilização da força e arma de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei (PBUFAF); Conjunto de princípios para a proteção de todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de detenção ou prisão (Conjunto de</p>	<p>e a necessidade do convívio social; Conceituação teórica (Direito e Direitos Humanos); Direitos Humanos: Evolução histórica, Características, Proteção constitucional, Violação de direitos e proteção internacional, A Polícia e os Direitos Humanos; Legislação complementar: lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), Lei nº 9.455/1997 (Lei contra tortura), lei nº 4.898/1965 (Lei contra abuso de autoridade), Código de conduta para encarregados de aplicação da lei; Relação Direitos Humanos e o Estado; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos; Constituição Federal e os Direitos Humanos; Aplicação da lei nos Estados Democráticos: Democracia e o Estado de Direito; Conduta ética e legal na aplicação da lei.</p>
--	--	---

	<p>Princípios). Legislação Nacional:Direitos Individuais e Coletivos contidos no Art. 5º da Constituição Federal;Princípio Normativo da Constituição Federal contido no Art 144: Segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos; Do princípio constitucional da eficiência na Administração Pública (Art. 37); Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 que estabelece diretriz sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública; Estatuto da criança e do adolescente; Estatuto do idoso; Estatuto da igualdade racial; Lei Maria da Penha.</p>	
<p><b>FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE POLICIAL</b></p>	<p>Introdução ao estudo do direito:Noções sobre princípios e classificação do direito: direito publico,privado e os vários ramos do direito; Direito, moral e cultura; Relação de hierarquia entre a Constituição Federal e seus princípios e a legislação infraconstitucional.Estado: conceito e organização: Funções governamentais: poderes executivo, legislativo e judiciário, Sistema de justiça criminal:Funções e atores da justiça criminal: polícias, ministério público, defensoria,magistratura e sistema prisional.</p>	<p>Noções básicas:Conceito de direito,Norma jurídica, Hierarquia das leis, Início e cessação da obrigatoriedade das leis; Direito Constitucional: Noções básicas,Direitos e Garantias fundamentais,Estudo básico sobre os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988; Direito da Criança e do Adolescente: Noções Básicas,Distinção entre criança e adolescente,Princípio da proteção integral,Ato infracional, Medidas socioeducativas,A apreensão do adolescente infrator:Direito Penal: Parte Geral; Conceito e aplicação do Direito Penal; Lei penal no tempo;Lei penal no espaço; Infração Penal (Crime e Contravenção); Elementos do crime;Consumação e tentativa;Dolo e culpa;Causas de exclusão da ilicitude,Causas de exclusão da culpabilidade. Módulo II:Direito Penal:Parte específica e crimes em espécie;Crimes em espécie:homicídio;Lesão corporal;Omissão de socorro;Maus tratos; Rixa;Constrangimento ilegal;Furto;Roubo;Extorsão;Estupro;Assédio sexual;Ato obsceno;Resistência;Desobediência;Desacato;Corrupção ativa;Crime de tráfico de drogas;Porte ilegal de arma de fogo.</p>
<p><b>RELAÇÕES INTERPESSOAIS</b></p>	<p>A importância das relações interpessoais na sociedade contemporânea;Compreendendo o funcionamento das pessoas (eu outros):Empatia, identidade, alteridade e solidariedade;Temas presentes no ambiente organizacional que afetam o comportamento daspessoas: liderança, poder, criatividade, motivação e assertividade; Percepção e comunicação:Tipos de comunicação: verbal, não verbal e factual; Feedback (conceitos, princípios e orientações);Processo de dar e receber feedback;Aprendizagem e comportamentos organizacionais: Relações interpessoais e a qualidade em serviço;</p>	<p>Relações Intrapessoal e Interpessoal;Autoestima;Comunicação Humana; Barreiras à comunicação;Comunicação Organizacional,Grupos, Compreensão empática;Motivação; Inteligências Múltiplas, Intrapessoal, Interpessoal e Emocional;Liderança;Administração de conflitos; Atuação do Centro Maria Felipa no âmbito da PMBA;A missão e atuação do SEVAP/DP;Sexualidade, conjugalidade e família;Dinâmicas de grupo.</p>

	<p>Formação e desenvolvimento de equipes; Transformação de grupos e equipes; Competição e cooperação; Dificuldades enfrentadas nas equipes; Características das equipes eficazes; Ferramentas para se trabalhar em equipe.</p>	
<p><b>EDUCAÇÃO FÍSICA</b></p>	<p>Avaliação física; Condicionamento físico geral; Alongamento; Exercícios de flexibilidade; Corrida contínua; Fartlek; Circuit training; Interval training; Musculação; Exercícios isométricos, isocinéticos e isotônicos; Exercícios de ação / reação; Exercícios de coordenação motora; Práticas esportivas voltadas a atividade fim (exemplo: jiu-jitsu; tai chi chuan, yoga, dança, pilates, etc.); Atividades em meio líquido (ex.: natação); Anatomia (fisiologia).</p>	<p>Módulo I: Parte teórica: Histórico da Educação Física no Brasil; Aspectos positivos da atividade física para a promoção da saúde; Riscos inerentes à atividade física sem orientação profissional; Anatomia humana / sistema muscular (musculatura esquelética, tecidos musculares); Fisiologia (durante a atividade): a) frequência cardíaca, queima de calorias, perda de água e sais minerais (longo prazo), melhora da condição cárdio-respiratória, aumento da massa muscular, da força, flexibilidade e diminuição do tecido adiposo; Hábitos posturais e atitudes corporais; Hábitos saudáveis para a promoção da saúde; Noções de nutrição. Parte Prática: Trote, corrida de curta e média duração; Circuitos aeróbios; Atividade de relaxamento e combate ao estresse; Atividades lúdicas; iniciação ao treinamento desportivo; Musculação; Circuitos de RML; Jogos de revezamentos, Técnicas de alongamento e flexibilidade. Módulo II: Parte Teórica: Conhecimento sobre Fundamentos teóricos dos desportos aplicados; Regras do desporto desejado; Educativos para a prática do desporto desejado; Educativos e processo pedagógico aplicado ao desporto, Palestras relacionadas à atividade física; Termo regulação; Fatores de risco; Tabelas e protocolos de aferição de atividade física; Noções de prescrição de exercícios; Mitos e verdades na manutenção da atividade física. Parte Prática: Trote, corrida de curta e média duração; circuitos aeróbios; Atividade de relaxamento e combate ao estresse; atividades lúdicas; Princípios do treinamento desportivo; Musculação; circuitos de RML; Jogos de revezamentos, Técnicas de alongamento, flexibilidade e relaxamento; Ginástica de musculação; Exercícios físicos utilizando as vias energéticas aeróbia e anaeróbia como caminhada, trote, corrida de curta e média duração; Circuitos aeróbios; Seção de treinamento neuromuscular; Prescrição / periodização de treinamentos físicos e desportivos princípios do treinamento desportivo; Corrida de longa distância; Circuitos de RML; Jogos de revezamentos; Atividades lúdicas.</p>



<b>LÍNGUA E COMUNICAÇÃO</b>	Comunicação humana: Linguagem; Funções da linguagem; Expressão oral; Expressão escrita; Leitura. Tipos de discurso: Características dos discursos direto, indireto e indireto livre; Procedimentos para a transformação do discurso direto em indireto e indireto em direto; Pontuação do discurso indireto. Estrutura do texto: Interpretação de texto; Vocabulário;	Redação técnica: Considerações; Estudo do ofício: Introdução, Timbre, Numeração, Local e data, Vocativo, Fecho, Assinatura e identificação, Destinatário e texto propriamente dito; Modelo de Ofício; Emprego dos pronomes de tratamento: Concordâncias; Abreviaturas e siglas; Grafia das horas; Expressões Castrenses; Novo acordo ortográfico: Principais regras; Acentuação: Considerações básicas; Relatório de serviço; Livro de parte; Requerimento padrão.
<b>INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>	Definição de atividade de inteligência; Histórico e importância da atividade de inteligência para segurança pública; Atividades de inteligência X investigação policial; Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN); Doutrina Nacional de Segurança Pública (DNISP); Fundamentos jurídicos da atividade de inteligência de segurança pública; Introdução às atividades de inteligência (inteligência, contra-inteligência e operações de inteligência); Produção do conhecimento; Proteção do conhecimento	Histórico: Na Antiguidade, Na Idade Média, Na Idade Moderna, Na Idade Contemporânea, Segurança Pública e Defesa Civil; Princípios Básicos; Conceitos Básicos; Produção de documentos: Noções fundamentais, Linguagem de inteligência, Conhecimento, verdade, certeza, opinião, dúvida e ignorância; Tipos de documentos: Informe, Informação, Avaliação, Estimativa; Portaria Federal nº. 462; Decreto Federal nº. 7.724; Decreto Federal nº. 7.845; Segurança Orgânica: Segurança do Pessoal, Segurança da Documentação e do material, Segurança das Comunicações, Segurança das áreas; Técnicas operacionais: OMD (Observação, Memorização e Descrição); Estrutura do SINPOM; Estrutura da CME.
<b>ÉTICA E CIDADANIA</b>	Conceitos básicos que subsidiarão as reflexões a respeito do tema utilizado para sensibilização inicial; Conceitos: moral, valores, costumes e cultura (geral e específica da função) contextualizados no tempo e no espaço; A profissão do profissional da área de segurança pública fundamentada na ética; A situação ética dos profissionais da área de segurança pública em relação às exigências legais e às expectativas dos cidadãos: despersonalização (indivíduo versus profissional/ estereótipos) e atitudes profissionais éticas; A conduta ética e legal na atividade do profissional da área de segurança pública; A função do profissional da área de segurança pública e suas responsabilidades – necessidade de um código de ética profissional - a relação com o arcabouço jurídico para o desempenho da atividade do profissional da área de segurança	Conceito de Sociologia: Objetivo da sociologia e papel do sociólogo; Histórico da sociologia; Os autores clássicos da sociologia; Conceitos utilizados pela sociologia; Agrupamentos sociais; Instituições Sociais: Familiar e Religiosa; Estratificação Social; Classe social; Mobilidade social; Mudança social; Elites: tipos; Processos sociais; Comportamento social; Isolamento social: espacial, estrutural, habitual, psíquico, mecanismos que reforçam o isolamento social; Integração social; Controle social: importância dos controles informais e controle de polícia no Brasil; Capitalismo; Globalização e Miséria Social; Neoliberalismo; Problemas Sociais: fome, desemprego, discriminação, delinquência juvenil, criminalidade e violência.

	pública – código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (ONU).	
<b>DIVERSIDADE ÉTNICO-SÓCIO-CULTURAL</b>	A formação da sociedade brasileira: aspectos sociológicos, antropológicos, filosóficos; Conceito de racismo, injúria racial, preconceito, discriminação e segregação; As teorias raciais; Distinção de etnia, raça, racismo; Contribuições do negro, do índio e do cigano para sociedade brasileira; Diversidade cultural e racial na sociedade brasileira; Cultura material e imaterial; Juventude negra; Mulheres negras; Povos e Comunidades Tradicionais: Povo de Matriz Africana, Indígena e Cigana.	Conceitos: Raça, Etnia, Racismo, Etnocentrismo, Preconceito, Discriminação, Minorias sociais; Cor e gênero na PMBA; As minorias sociais na sociedade baiana: Negros, Mulheres, Homossexuais; Ações da Polícia Militar da Bahia: NAFRO, Centro Maria Felipa; Formação étnica da sociedade baiana; Dinâmicas de grupo sobre os temas orientados; Discussões e reflexões fundamentais dos problemas sociais na Bahia e no Brasil.
<b>IDENTIDADE E CULTURA DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL</b>	Histórico da instituição; Missão organizacional e visão de futuro da corporação; Competências constitucionais; O sistema de segurança pública e defesa social estadual e organograma da corporação; Princípios e valores da corporação; Cultura organizacional; Direito e deveres do policial; Procedimentos administrativos disciplinares (documentos específicos da instituição).	Alusão ao CFAP; Antecedentes históricos; Brasil Colônia: 1º contingente militar e Corpo da Brigada Real do Brasil; Brasil Império: Estrutura Militar no Pós Independência, Origem da PMBA, extinção e reestruturação do Corpo de Polícia, Guarda Nacional, Corpo de Polícia, Guerra do Paraguai; A proibição do Entrudo e o surgimento do Carnaval: Carnaval institucionalizado; Brasil República: Corpo de Polícia e a Proclamação da República; Drama de Canudos e a campanha contra Lampião; Ingresso da Mulher na PMBA: Contextualizando o ingresso feminino, primeiro efetivo da Cia PFem; Denominações da PMBA; Postos e Graduações da PMBA; Estrutura Organizacional da PMBA.
<b>ORDEM UNIDA</b>	Generalidades; Definições; Instrução individual sem arma; Instrução individual com arma; Instrução coletiva - formações, formaturas, deslocamentos e guardas fúnebres; Sinais de respeito e continência; Apresentação individual; Continência de tropa; Hinos e canções; Bandeira nacional; Guarda bandeira;	Módulo I: Explicação sobre histórico conhecido; Conceitos e definições; Termos militares; Instrução a pé firme e em deslocamento; Formaturas e paradas; Deslocamentos e formaturas; Comandos coletivos de corneta; Conceitos e definições; Instrução a pé firme; Avaliação prática. Módulo II: Instrução individual e coletiva armado; Generalidades: Pé firme, Deslocamento; Comandos de voz, corneta, gestos e apito; Avaliação prática
<b>ATENDIMENTO</b>	Avaliação geral da vítima; Método (CHARP) circulação, hemorragia, vias aéreas, respiração e pulsação; Suporte básico de vida: Parada respiratória; Engasgamento; Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos. Hemorragias e choques; Conceito; Sinais e sintomas; Tipos	Módulo I: Introdução; Noções de anatomia e fisiologia humana; Conceitos básicos; Legislação pertinente; Providências iniciais no local do incidente; Abordagem a vítima; Prioridades no atendimento as vítimas; Suporte básico de vida; Parada cardiorespiratória; Obstrução das vias aéreas por corpo estranho (OVACE); Atendimento ao traumatizado; 12-

<b>PRÉ-HOSPITALAR</b>	de hemorragias;Tipos de choque;Técnicas de contenção de hemorragias. Traumas:Traumatismocrânio-encefálico;TraumatismoTraquimedular;Traumas de tórax;Técnicas de transportes;Razões para a movimentação de vítimas. Parto de emergência:Fases do trabalho de parto;Possíveis complicações do parto; Prevenção de doenças infecto-contagiosas;Assepsia de viaturas e materiais;Técnicas de transporte.	Desmaio e Convulsão. Módulo II:Queimaduras;Ferimentos;Hemorragia;Estado de Choque; Intoxicação;Choque elétrico;Afogamento;Acidente com animais peçonhentos;Lesões músculos esqueléticas;Transporte de acidentados;Assistência ao parto; Hábitos saudáveis.
<b>ABORDAGEM</b>	Conceito de abordagem;Princípios e fundamentos:O princípio da reserva legal;Ordem pública e segurança pública;Preservação da ordem pública; Policiamento;Poder de polícia;Fundada suspeita; flagrante delito;Voz de prisão;Delitos de menor potencial ofensivo;Tipos de abordagens;Aspectos legais e normativos relacionados à abordagem;Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função policial;Procedimentos de abordagem de pessoas: rotina, em atitudes suspeitas e infratores da lei;Abordagens a pessoas em situação de vulnerabilidade;Ocorrências envolvendo pessoas dotadas de imunidade ou prerrogativa de função;Abordagem de pessoas em flagrante delito ou em fundada suspeita;Condução de presos;Uso da algema;Equipamentos de segurança individual (colete, capacete, luvas - Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010);Equipamentos e tecnologias de menor potencial ofensivo (Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010);Procedimentos de abordagem de veículos ecoletivos;Procedimentos de abordagem em edificações;Encaminhamento de ocorrências assistenciais;Encaminhamento à autoridade competente.	Módulo I:Policiamento Ostensivo Geral: Definições, Características, Princípios,Variáveis,Tipos,Processos,Modalidades,Procedimentos Básicos,Particularidades;Particularidades do PO: A Pé, Motorizado, Em Bicicleta;Imunidades:Diplomáticas,Parlamentares,Prerrogativas Militares; Abordagem Policial Militar:Princípios,Fases,Níveis, Níveis de Segurança;Fundada Suspeita;Busca Pessoal:Fundamentação Doutrinária e legal;Abordagem a pessoa a pé; Uso de algemas; Código Fonético; Oficina Prática de Abordagem a Pé. Módulo II:Guarnições e Funções na viatura PM; Abordagem a veículos: Introdução,Conceito,Considerações iniciais e finais,Quando fazer a abordagem,Casos de suspeição de veículos,Etapas da Abordagem a veículos:Acompanhamento,Bloqueio,Cerco, Interceptação;Medidas suplementares de segurança;Procedimentos técnicos:Técnica de aproximação, Desembarque,Contato pessoal,Busca pessoal; Abordagem a coletivo:Setores,Distribuição das funções,procedimentos básicos; Abordagem a edificações:Vocabulário,Tipos de edificações,Fases, Cerco policial, Apoio de fogo,Grupo de assalto,Aproximação de portas e janelas,Abordagem de cômodos,Utilização de lanterna,Deslocamentos em escadas,Noções de progressão de tropa;Oficinas práticas de abordagens a veículos, coletivos e edificações.
	O corpo como instrumento de trabalho;Fundamentos de mecânica corporal;Posturas defensivas;Quedas e rolamentos;Esquivas;Técnicas de socos e chutes;Técnicas de projeção;Pontos vitais.Tipos de agressões mais usuais e defesas correspondentes:Agarramento ao corpo: pela frente e pelas costas, sendo sobre e sob os	Módulo I: Histórico da disciplina: Estratégia militar e sua inserção na PMBA;Conceitos de defesa pessoal:Formal, sintético e exato; Preceitos da defesa pessoal:Defesa própria e de terceiros,Condicionamento físico e mental,Controle emocional;Melhoria da qualidade de vida,Educativos de quedas:Posição inicial; Deitado;Sentado;Agachado e em pé,Com

<p><b>DEFESA PESSOAL POLICIAL</b></p>	<p>braços;Agarramento à roupa (pegadas) a um ou ambos os braços pela frente, por trás e pela lateral;Gravatas e enforcamentos : frontal, lateral e pelas costas;Estrangulamentos: pela frente e pelas costas;Bofetada;Cutelada;Socos e pontapés: frontal, ascendente, descendente e lateral;Cotoveladas: ascendente e lateral;Joelhadas: frontal e lateral;Facada frontal e lateral: descendente, ascendente e laterais;Defesa contra arma de fogo no momento do saque do oponente;Defesa contra arma de fogo apontada pela frente ou pelas costas ou ainda pela lateral; Paulada frontal descendente e estocada;Paulada lateral.Defesas de ataques sequenciais:Agarramento seguido de socos ou cuteladas;Agarramento seguido de joelhadas;Gravata seguida de socos.Processos de controles e técnicas de imobilizações policiais e condução de presos:Técnicas de imobilizações policiais.</p>	<p>execução de movimentos bilaterais para frente e para trás e rolamentos;Movimentos básicos da proteção policial:Esquivas e bloqueios;Pontos sensíveis do corpo humano: pressão, torção e vitais, Técnicas de utilização das armas naturais do corpo humano: membros superiores e inferiores,Educativos de imobilizações/ contenções com controle de cabeça, pescoço, tronco, membros superiores e inferiores.Módulo II:Educativos de quedas em movimento;Simulando transposição de obstáculos:Empunhando arma de fogo curta ou longa Empunhando bastão policial tipo tonfa,Princípios básicos de projeções;Educativos com pontos de apoio e/ ou alavancas no quadril, pernas e braços;Movimentos de defesas, ataques e contra ataque, torções e conduções com a tonfa;Iniciação de condução de detidos/ mão livre; Emprego da algema como técnica complementar; Técnicas de contenção e imobilização no solo princípios essenciais para o uso da força: Legalidade, Necessidade, Proporcionalidade, Conveniência.</p>
<p><b>ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO</b></p>	<p>Introdução:Histórico e evolução das armas de fogo;Especificidade do uso da arma de fogo na função policial e sua responsabilidade;Princípios básicos do uso da força;Diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública.Armamento leve: Conceito e classificação; Processo de disparo / sistema de funcionamento;Munições;Balística.Armamento convencional (específicos de cada organização):Apresentação do armamento;Características; Munição utilizada; Funcionamento;Mecanismos de segurança;Manejo;Inspeção preliminar;Emprego operacional;Condução da arma;Princípios de manutenção e guarda do armamento. Iniciação à prática de tiro:Fundamentos do tiro;Conduta e segurança na prática do tiro;Princípios de manutenção e guarda do armamento.Tiro policial:Prática de tiro com os armamentos específicos de cada organização.</p>	<p>Módulo I:Conceitos e Terminologias aplicadas ao tiro:municiar, alimentar,carregar,engatilhar,velocidade teórica e prática de tiro, estojo, pólvora, espoleta e projétil;Classificação do Armamento Leve:Quanto ao Tipo, Emprego e Funcionamento,Princípio de Funcionamento,Alimentação,Sentido da Alimentação,Raiamento,Calibre;Principais Normas de segurança no trato com armas de fogo em ambientes diversos, tais como stand de tiro e sala de meios; Legislação Pertinente: Lei Federal nº 10.826/2003,Decreto Federal nº 5.123/2004,Portaria nº 812/2005,Portaria nº 1.042 – Exército Brasileiro;Portaria nº 021 – DLog,Portaria do CG/PMBA – nº 035/2005;Pistola Taurus Cal. 40: Características;Principais peças da arma em estudo: identificação e função;Dispositivos de Segurança: Registro de Segurança, Desarmador do Cão, Trava de Queda, Indicativo de cartucho na câmara e Trava do Percussor;Operações de manejo: municiar o carregador, alimentar, carregar, disparar, retirar carregador;Processos de engatilhamento: Ação Simples e Ação Dupla;Procedimentos básicos para inspeção da Pistola visando à certeza por parte do usuário do perfeito funcionamento do armamento em estudo;Principais incidentes de tiro e suas resoluções; Munições empregadas:Técnicas para troca do carregador: administrativa, tática e emergencial;Desmontagem e</p>

		<p>montagem da Pistola; Fundamentos do Tiro: Empunhadura; Posição; Visada; Respiração; Controle do Gatilho; Execução de tiro prático com a Pistola Taurus Calibre .40. Módulo II: Carabina Taurus/FAMAE, Calibre .40: Características; Principais peças da arma em estudo: identificação e função; Mecanismo de segurança; Operações de manejo: municiar o carregador, alimentar, carregar, disparar, retirar o carregador; Procedimentos básicos para inspeção da Carabina visando à certeza por parte do usuário do perfeito funcionamento do armamento em estudo; Principais incidentes de tiro e suas resoluções; Munições empregadas; Desmontagem e montagem da carabina; Fuzil IMBEL, Cal. 7,62mm: Características; Principais peças da arma em estudo: identificação e função; Mecanismo de Segurança; Operações de manejo: municiar o carregador, alimentar, carregar, disparar, retirar carregador; Procedimentos básicos para inspeção do Fuzil visando à certeza por parte do usuário o perfeito funcionamento do armamento em estudo; Principais incidentes de tiro e suas resoluções; Munições empregadas; Desmontagem e montagem do Fuzil; Submetralhadora Taurus, Cal. .40: Características; Principais peças da arma em estudo: identificação e função; Mecanismo de Segurança; Operações de manejo: municiar o carregador, alimentar, carregar, disparar e retirar o carregador; Procedimentos básicos para inspeção da Submetralhadora a visando à certeza por parte do usuário do perfeito funcionamento do armamento em estudo; Principais incidentes de tiro e suas resoluções; Munições empregadas; Desmontagem e montagem da Submetralhadora; Estudo da Taser: Características; Principais peças da arma em estudo: identificação e função; Operações de manejo: Colocação das baterias no compartimento de pilhas, Estudo dos cartuchos da Taser, Aplicabilidade da Taser. Auditoria do uso da Taser; Execução de tiro prático com a Carabina Taurus Calibre .40 e Submetralhadora Taurus Calibre .40.</p>
--	--	--

**Fonte:** elaboração própria com base nos documentos BRASIL, 2016 e BAHIA, 2016.

Conforme Basílio (2013), o processo de capacitação ou treinamento tem uma espécie de cordão umbilical com a descrição do cargo a ser ocupado. Todavia, em nenhum dos documentos do governo estadual, analisados (PGE, DGE ou Edital do concurso), foram identificadas descrições detalhadas do cargo de soldado na PMBA, como tarefas rotineiras, competências comportamentais, atitudinais e os conhecimentos específicos que serão adquiridos para sanar determinados *gaps*<sup>11</sup> dos futuros profissionais. Por sua vez, a MCN se destaca neste quesito ao propor o estabelecimento de um perfil profissiográfico com foco na atuação das polícias em uma sociedade democrática, conforme já discutido.

Aplicando as tipologias de conteúdos de aprendizagem, ou competências, proposta por Basílio - aquisição de conhecimentos (*Knowledgelearning*), desenvolvimento de habilidades (*skilllearning*) e aprendizagem comportamental (*attitudelearning*) – na análise das propostas de formação policial dos governos federal e estadual, tem-se o quadro 6.

**Quadro 6**–DisciplinasPrevistas na Matriz Curricular Nacional (MCN/SENASP) e Plano Geral de Ensino (PMBA) por Competências Relacionadas

Aquisição de conhecimentos ( <i>Knowledgelearning</i> )	Desenvolvimento de habilidades ( <i>skilllearning</i> )	Aprendizagem comportamental ( <i>attitudelearning</i> )
GESTÃO INTEGRADA E COMUNITÁRIA	ORDEM UNIDA	RELAÇÕES INTERPESSOAIS
DIREITOS HUMANOS	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	ÉTICA E CIDADANIA
FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE POLICIAL	ABORDAGEM	
LÍNGUA E COMUNICAÇÃO	DEFESA PESSOAL POLICIAL	
INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	
DIVERSIDADE ÉTNICO-SÓCIO CULTURAL		
IDENTIDADE E CULTURA		
DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL		
EDUCAÇÃO FÍSICA		

**Fonte:** elaboração própria com base nos documentos MCN(2016), PGE(2016) e Basílio (2007)

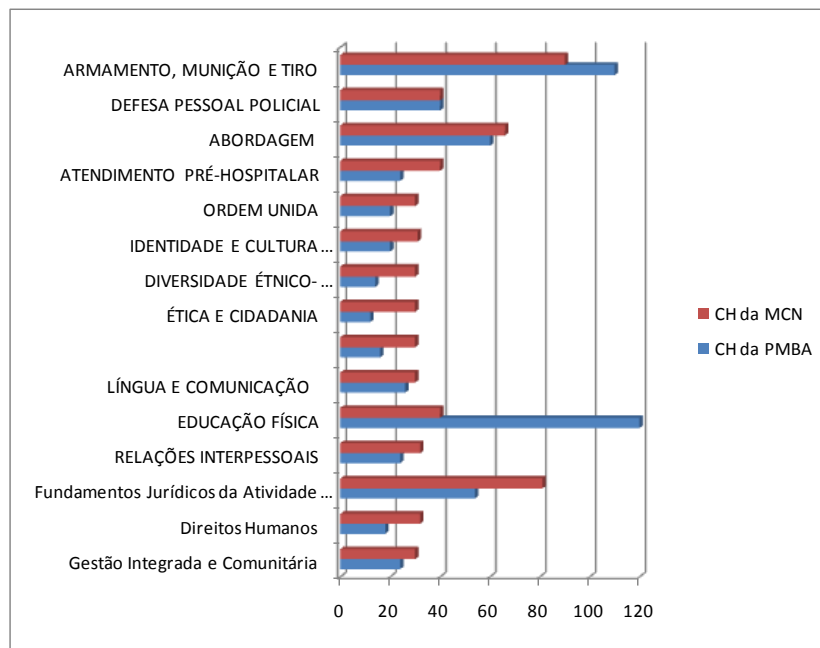
Quando se analisa a malha curricular do CFSD (Curso de Formação de Soldado) no ano de 2014, à luz das recomendações da MCN, observa-se uma incongruência com a normativa constante no parágrafo único do Art. 20 da DGE:

Parágrafo Único - Os currículos vigentes e os novos currículos deverão, respectivamente, ser atualizados e construídos em conformidade com a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas em Segurança Pública (MCN), organizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública / Ministério da Justiça – SENASP/MJ.(DGE 2012-2013)

<sup>11</sup> Termo em inglês que significa um distanciamento; afastamento, separação, uma lacuna ou um vácuo. GAPS é uma palavra muito usada por profissionais de Recursos Humanos.

A incongruência<sup>12</sup> diz respeito ao fato de que não há uma correspondência completa entre os currículos da PM e a MCN e isso fica constatado a partir dos dados do gráfico 3, no qual é possível perceber um distanciamento entre as recomendações da Matriz Curricular Nacional e os conteúdos disciplinares adotados pela PMBA na formação de seus soldados no curso de 2014.

**Gráfico 3** – Compatibilidade entre Carga-horária Recomendada pela SENASPe a Adotada pela PMBA



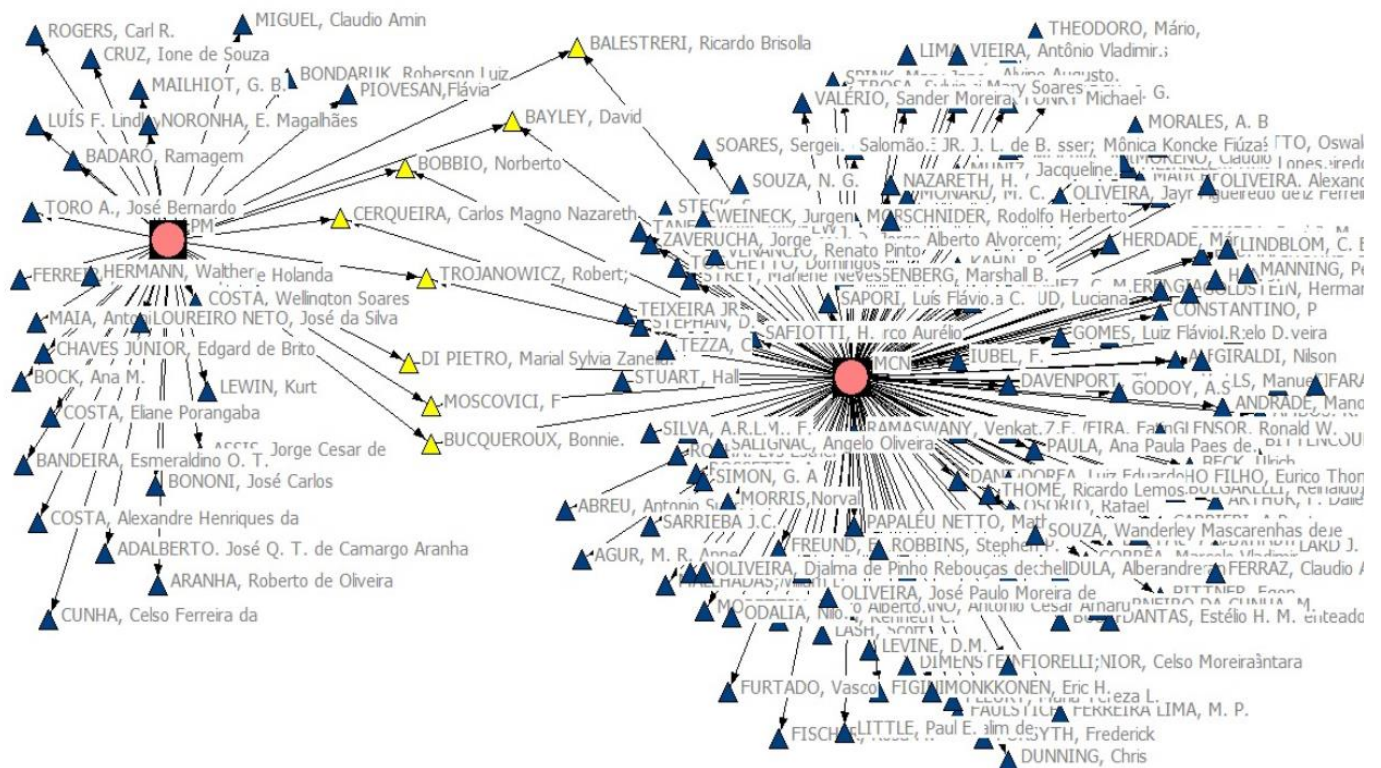
**Fonte:** elaboração própria com base em dados da MCN (2016) e a PGE (2016)

Embora de extrema relevância para se apreender indicadores qualitativos acerca da formação policial, os referenciais bibliográficos utilizados nas disciplinas não têm sido objeto de análise nos estudos de caso realizados no Brasil, já citados aqui (Muniz; Hamada; Basílio; Poncioni), sendo uma variável pouco explorada. Neste quesito, o curso de formação de soldados da PMBA e a MCN se distanciam significativamente. O grafo 1<sup>13</sup> exibe a baixa permeabilidade entre as bibliografias adotadas.

<sup>12</sup>Salienta-se que não há como identificar quais das disciplinas foram introduzidas a partir do marco da MCN, antes do curso de formação em análise, pois o pesquisador não teve acesso aos planos de ensino anteriores da PMBA. Deste modo, a análise se limita a discutir a compatibilidade entre os conteúdos dos documentos federal e estadual em tela, consciente de que os achados não permitem realizar inferências acerca da indução, ou não, da SENASP no sistema de educação da Corporação.

<sup>13</sup>Em grafos de análise de redes, os pontos e ícones representam os sujeitos ou outro elemento de análise, enquanto que os arcos, ou linhas, representam as relações. Este grafo foi gerado a partir de uma matriz de adjacência elaborada e inserida no software denominado UCINET.

### Grafo 1 – Permeabilidade entre Bibliografias das Disciplinas Sugeridas pela Matriz Curricular Nacional e Adotadas pela PMBA no CFSD



Fonte: elaboração própria com base em dados da MCN (2016) e do PGE (2016)

No grafo 1 estão dispostas todas as bibliografias indicadas em ambos os documentos. Visivelmente, o quadro referencial-teórico da Matriz se apresenta como mais completo e atualizado, reunindo cerca de 309 obras/autores para 35 disciplinas/componentes curriculares, distribuídos em 908 horas de formação. Em direção oposta, a PMBA recomenda a leitura de pouco mais de 22 obras/autores, em seus 26 componentes curriculares e 1.112 carga horária total de curso. Os ícones em forma de triângulo, em cor amarela, indica a bibliografia em comum entre as propostas dos governos estadual e federal, totalizando apenas 8 títulos/autores.

A bibliografia adotada pela PMBA demonstra defasagem e inconsistência com o ementário das disciplinas, enquanto que a bibliografia recomendada pela SENASP apresenta títulos e autores avaliados como clássicos e contemporâneos. Para se alcançar uma formação consistente é necessário um profundo embasamento teórico – científico – atualizado e que esteja na vanguarda do conhecimento sobre uma determinada área. Sem esses requisitos mínimos dificilmente se obtém êxito na formação, especialmente a formação de um segmento (policia) cuja necessidade de mudanças de valores e comportamentos é tão premente. Por



exemplo, como um policial militar pode ser considerado “formado” enquanto profissional de segurança pública se não sabe diferenciar violência de criminalidade, desconhece tipologias de violência, covariatas de criminalidade e funções sociais da violência, dentre outros conceitos e dimensões relativas a este campo de conhecimento.

Essa discrepância, aparentemente, pode ter relação com o perfil de professores julgado adequado para conduzir a formação dos profissionais de segurança. Ao contrário de algumas experiências ocorridas no Ceará, Rio Grande do Sul, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, na Bahia a PMBA não estruturou um programa de formação conjunto com a Universidade ou outra entidade capaz de dar suporte nessa área. Geralmente, são empregados profissionais internos da própria PMBA, entre Oficiais e Praças. No documento da PGE não fica evidenciado como ocorre esse processo de seleção e escolha dos profissionais internos, quais as exigências curriculares, assim como as competências requeridas. Sabe-se que no processo de formação do CFSD/2014, a escolha de alguns instrutores se baseou na experiência profissional e prática, mesmo se o instrutor não possuísse formação acadêmica compatível com a disciplina ministrada.

As apostilas disponibilizadas para o curso de formação de 2014 estavam, em sua maioria, desatualizadas, e com informações que contribuíampouco para agregar conhecimento ao novo policial. O tratamento hierarquizado entre docente e aluno induzia o aluno a se prender no conteúdo defasado elaborado pelo docente/instrutor, limitando-seno aprofundamento dos temas, pois as verificações finais (provas do final da unidade) se baseavam nas informações das apostilas e quem estudasse por outras fontes acabava não atendendo às expectativas na hora da avaliação, o que se confirmou nas verificações finais que o seu conteúdo avaliativo repetia questões aplicadas em outros cursos de formação, de 2008 e 2009.

Por fim, as variáveis ora analisadas (disciplinas, ementário/conteúdo, carga horária e bibliografia) são na verdade aspectos de um pano de fundo mais complexo, identificado por diversos estudiosos - Arendt, Baylay, Beck, Giddens, Lash, Bobbio, Choukr, Monjardet, Monkkonen-, e também por este pesquisador, que consiste em duas dimensões da formação policial no Brasil, a do “profissional” e a do “militar”. Trata-se de duas dimensões, por vezes, contraditórias, excludentes e concorrentes, porém, paradoxalmente, coexistentes num mesmo programa/sistema de ensino.

Inicia-se essa reflexão com a apresentação do quadro 7, no qual constam dados identificados como indicadores de uma formação direcionada a, ou influenciada por, constituição do sujeito militar. Para a elaboração do quadro consideraram-se algumas categorias indicadas pela

literatura:Disciplinarização do Corpo, Símbolos patrióticos, Obediência/hierarquia, Regras punitivas/desvios; Táticas de confronto/uso da força.

Neste tocante, o documento PGE revela a persistência de um desequilíbrio entre a dimensão profissional e militar no processo de formação dos soldados, na medida em que privilegia, e cria condições/ambiente, para uma identificação entre a atividade de polícia e a castrense. Conforme compreendem Gomes e França (2015), a pedagogia policial militar persiste condicionada por uma formação técnica estritamente presa ao modelo militar de profissionalização, na qual se destacam as regras prescritas nos regulamentos que uniformizam procedimentos, além do enaltecimento da cultura simbólica de ritos que reforçam a tradição e o corporativismo.

Igualmente, Sá (1998) aponta que a formação de uma cultura policial faz com que estes policiais militares sejam socializados, “formal e informalmente, em torno de certos princípios práticos de ação e de formas específicas de classificação do mundo, capazes de torná-lo úteis e obedientes ao mesmo tempo, ou seja, disciplinado para o exercício do poder disciplinar e do poder sobre a vida”. (SÁ, 1998, p. 158). Complementa o autor:

A forma autoritária do militarismo, com formação marcial, centrada na disciplina do corpo como máquina de guerra, a ordem unida, mística militar, enfim, tudo aquilo que os próprios atores sociais estudados por nós chamamos de “militarismo”, fez da Polícia Militar do Brasil um mecanismo auxiliar do Exército na luta de contrainsurgência frente aos grupos revolucionários [...], ou seja, o modelo de formação do policial militar, principalmente, mas não apenas, foi orientado para os valores e práticas do éthos soldadesco de combate ao inimigo interno. (2015, p. 85)

Quadro 7 – Estrutura do Ensino para ser Militar - CFSD

Disciplina	CH	Tipo Avaliação	Disciplinarização do Corpo	Símbolos patrióticos	Obediência/hierarquia	Regras punitivas/desvios	Táticas de confronto/uso da força
<b>Ordem Unida</b>	40	Avaliação Prática	Caracteriza por uma busca para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar, com esforço para demonstrar a própria disciplina militar. Obediência militar; Espírito de corpo;	Culto aos símbolos nacionais e corporativos;(bandeira, hinos, armas)	Obediência aos comandos emanados dos superiores a frente, bem como aos comandos de cornetas.	Os instruendos são orientados a obedecer aos padrões e regras emanados dos seus superiores através dos comandos verbais e de cornetas. Sendo passível de comunicação pré-estabelecida em regulamento e estatuto, cujo objetivo, segundo as normas, é manter a disciplina.	
<b>Jornada de Instrução Militar</b>	20	Atividades teórico-práticas	Superação de barreiras emocionais nas relações interpessoais Tomadas de decisões, assim como o que preconiza a doutrina de resistência psicofadiga.	Aqui fica reverberado o culto aos símbolos nacionais e corporativos tais como hinos, canções, símbolos gestuais, bandeira, toques de cornetas, dentre outros.	Na referente disciplina uma equipe de Oficiais e Praças desenvolvem as técnicas e instruções em terrenos preestabelecidos para criar e colocar em prática os conhecimentos observados no curso através de um teatro de operações com fito de testar às técnicas de sobrevivência e de resistência a fadiga, sendo observada a obediência às instruções o respeito	Dentro do ambiente em que ocorrem as instruções algumas punições ao desvio das regras podem ser adotadas.	Simulação prática de operações que ocorrem em ambientes urbanos e rurais dentre outras adversidades que o discente poderá encontrar no seu dia a dia. Desenvolvimento da sua capacidade emocional, sob estresse físico e psicológico nas relações interpessoais e de tomada de decisão rápida, assim como articulação e simulação de técnicas de sobrevivência em ambientes rurais e urbanos.

					e a hierarquia do formando.		
<b>Legislação PM</b>	50	Teórica, divididas entre 50% Parcial e 50% Final que corresponde à finalização do conteúdo		Descrição dos Postos e Graduações; Tipos de Continências (da guarda, da sentinela); Instruções de substituição das guardas e sentinelas no pavilhão nacional das bandeiras.	Dentro do regime disciplinar o militar irá aprender os seus compromissos, as transgressões disciplinares, as penalidades, apuração disciplinar, assim como a seguir o R-CONT (Manual de Campana) C-22, sendo orientado por seus preceitos; ao RISG, Doutrinar o policial militar aos diferentes sinais de respeito, aos tipos de continência aos seus pares e superiores. Obedecer e seguir aos decretos Estaduais e Federais e Leis que doutrinam e estabelecem a polícia militar, assim como as portarias.	Aqui vai este descrito as penalidades para as transgressões disciplinares, suas penalidades, apuração disciplinar, bem como de IPM (Inquérito policial Militar) e PAD (Processo Administrativo Disciplinar	
<b>Policiamento Ostensivo De Trânsito</b>	40	Teórica, divididas entre 50% Parcial e 50% Final que corresponde à finalização					Algumas táticas de abordagem policial de trânsito são utilizadas para impedir a circulação de veículos roubados, traficando entorpecentes, armas,

		do conteúdo					dentre outros e para isso se faz necessário o conhecimento das Operações rotineiras, programadas e emergenciais, através das Blitz, desdobrado por meio do Planejamento, Objetivo da atividade, as funções de cada policial, Comando ou coordenação, sinalização do espaço, seleção, segurança, fuga e evasão, custódia assim como a realização de Blitz estática, volante e mista.
<b>Prática Policial Supervisionada</b>	140	Teórica, divididas entre 50% Parcial e 50% Final que corresponde à finalização do conteúdo	Os policiais colocam em prática os conhecimentos adquiridos através das disciplinas ministradas em sala de aula e buscam mostrar no dia a dia, postura corporal, cordialidade, disciplina e dispositivo de patrulha, nos eventos especiais, conforme doutrina de POEE (Policimento Ostensivo de Eventos Especiais)				Poderão ser colocadas em prática algumas táticas e técnicas aprendidas em sala de aula em situações de ocorrências que necessitem do uso da prevenção, mediação e resolução de conflitos.
<b>Seminários de Temas Selecionados</b>	60	Teórica, divididas entre 50% Parcial e 50% Final que corresponde					

		à finalização do conteúdo					
<b>Atividades de Choque</b>	20	Teórica e Prática	O policial precisa saber as diversas formações de um pelotão de choque que irá disciplinar o seu corpo conforme as diversas situações de confronto.		Obediência aos comandos emanados pelo comandante do pelotão de Choque		Função específica de um pelotão de choque; Formações de um pelotão de choque; Formações básicas; Formações de ataque; Formações de defesa; Formações compostas; Técnicas de utilização do bastão policial; Ordem unida de CT.
<b>Direito Militar Aplicado</b>	30	Teórica, divididas entre 50% Parcial e 50% Final que corresponde à finalização do conteúdo					
<b>Jornada de Instrução Policial Militar</b>	40	Teórica, divididas entre 50% Parcial e 50% Final que corresponde à finalização do conteúdo					
<b>Policiamento Ostensivo em Eventos Especiais</b>	30	Teórica, divididas entre 50% Parcial e 50% Final que corresponde à finalização do conteúdo	Atuação em patrulhas; procedimento de abordagem a pessoas em eventos especiais, deslocamento, estacionamento e reunião.				
		Teórica,	Comportamento dos dispositivos				

<b>Policiamen o Ostensivo de Guardas</b>	30	divididas entre 50% Parcial e 50% Final que corresponde à finalização do conteúdo	de guardas específica para cada tipo de estabelecimento; Guarda de Estabelecimento Penal; Guardas em Hospitais e Guardas em Quartéis, Guardas em unidades prisionais				
--	----	---	---	--	--	--	--

Ao investigarem um curso de aperfeiçoamento de curta duração para praças e oficiais no curso de “Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas” (EOTAM), França e Gomes (2015) esboçam alguns apontamentos colocando em destaque a identificação de um híbrido entre objetivos de formação técnica do “ser policial” e de formação de uma identidade simbólica do “ser militar” em cursos policiais militares, inclusive o caso em análise, que “transformam-se em palcos rituais [...] nos quais os alunos passam por processos de *liminaridade*”, que consiste na supressão temporária da hierarquia entre os alunos para fazê-los incorporar valores que os ensinam ser preciso sofrer para merecer um status superior (2015 p. 147).

A definição de uma carreira militar também sinaliza essa formação “fechada” em si, onde os valores corporativistas são preservados na condição de essência da identidade profissional. Para Miranda Netto (*apud*, SÁ, 2002, p 13):

Carreira no sentido ordinário é sinônimo de ocupação ou profissão, encerrando geralmente a ideia de um elevado grau de estabilidade profissional, no trabalho de uma vida. No sentido mais detalhado, o termo pode designar a série de ajustamentos por que pode passar o indivíduo para adaptar-se às instituições, as organizações formais e às relações sociais informais em que sua ocupação o envolve. Nesses dois sentidos complementares, o popular e o técnico, seguir uma carreira profissional pode ser uma maneira importante de prover de significado a vida em nossa sociedade. Ser parte do universo social de uma corporação profissional acaba por oferecer uma fonte mais ou menos duradoura de valor e status social, satisfazendo assim o desejo socialmente agenciado, do indivíduo e seus pares, de perseguir uma vida significativa.

Nesta direção observa-se que, embora existam inovações nos discursos dos dirigentes das Academias da Polícia no que tange ao papel da polícia e sua relação com a sociedade, os cursos de formação profissional para os futuros policiais não retratam a concepção do fazer profissional proveniente das políticas públicas propostas para a área. “E, mesmo que haja algumas modificações, como matérias acrescidas nos currículos, não há alterações importantes entre os conteúdos programáticos, a carga horária e a metodologia dos referidos cursos” (PONCIONI, 2012, p.316). Continua a autora:

Não obstante encontrem-se nos planos nacionais de segurança pública propostas inovadoras, pode-se constatar que, na grande maioria dos currículos de formação profissional de policiais, não houve mudanças substanciais na aquisição de competências e de habilidades requeridos para o desempenho eficiente e eficaz de ações cotidianas da polícia; encontra-se, ainda, nesse universo uma **significativa deficiência de estratégias menos**



**discriminatórias e autoritárias para moldar o comportamento policial** no desempenho de suas funções de manutenção da ordem e da segurança. (2012, p. 329. Grifo nosso)

Da mesma forma, “o debate público acerca do *dever-ser* do processo formativo policial pode ser recortado a partir das perspectivas “normativo-legal”, “humanista-reflexiva” “administrativo-gerencial” e procedimental- operacional. E têm sido apresentadas mais como horizontes antagônicos e concorrenciais, do que como enfoques articulados e complementares, capazes de compor um projeto político-pedagógico” (CORDEIRO e MUNIZ, 2010, p.2).

Trata-se de um grande desafio conseguir que a tal “capacitação policial” signifique uma nova formação policial voltada para o ambicionado *profissionalismo policial*, segundo Cordeiro e Muniz (2010, p. 2). Como identificado também pela pesquisa, em consonância com tantas outras apresentadas ao longo deste trabalho, é possível constatar que a presença de uma dicotomia entre o “tradicionalismo”, “conservadorismo” e “instrumentalismo técnico” ainda encontra solo fértil no ambiente de formação dos soldados da PMBA. Ainda que disciplinas e ementários novos tenham sido incorporados, assim como autoridades se posicionem formalmente em prol de uma mudança na formação e na cultura policial, fato é que o “novo” ainda é residual e convive, ou disputa timidamente, com um “velho”, ainda prioritário, militarismo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade pluralizada, onde a democracia exige um profissional que interaja mais com a sociedade, respeitando a diversidade, sua cultura, seus direitos e garantias constitucionais, em grande medida, o ponto de partida para o alcance de êxito das políticas de segurança pública perpassa pela formação dos seus profissionais, profissionais de segurança pública. A pesquisa ora realizada objetivou analisar o processo de formação dos policiais militares do Estado de Bahia em razão da orientação e recomendação da malha curricular elaborada pela SENASP, referenciada na Matriz Curricular Nacional. O documento da Matriz tem como objetivo principal equiparar uma formação policial comum para todos os estados, pois as disciplinas e as competências que busca desenvolver abarcam uma série de conhecimentos na direção de equiparar a formação policial.

O objetivo principal deste trabalho foi identificar quais elementos/diretrizes da Matriz Curricular Nacional estão incorporados no curso de formação profissional para os soldados ingressos da PMBA (CFAP - Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças). Analisou-se, para tanto, as diretrizes pedagógicas desenvolvidas pelos CFAP, seus desenhos curriculares, programa de ensino, comparando-os às indicações da SENASP. Com isso, realizou-se análise documental que viabilizou uma comparação entre as orientações políticas do governo federal e estadual, consubstanciadas nos documentos PGE, da PMBA, e MCN, da SENASP.

O trabalho poderia ser mais profundo ao analisar o contexto evolutivo da formação profissional desde a implementação da Matriz, sinalizando a dinâmica de mudança e estabilidade ao longo desses anos. No entanto, foram enfrentadas algumas dificuldades no decorrer da pesquisa, em especial relacionada com o acesso aos documentos necessários para a produção de inferências mais robustas, o que constrangeu, inclusive, a contribuição de propostas de mudanças para melhoria da política de formação da PMBA. Isso demonstra o quão difícil é investigar as burocracias policiais, principalmente sobre o tema da formação.

Os documentos analisados da PMBA, tanto o DGE como o PGE, apresentam inúmeras dissonâncias com a Matriz, bem como lacunas e pouca congruência para uma formação policial com cunho mais democrático e profissional, requeridas para um profissional de segurança pública. Restou evidenciado que existe um domínio e uma permanência do modelo

tradicional militarizado no processo de formação dos profissionais de segurança pública, mesmo que parte do ementário indique uma formação direcionada a um modelo profissional, conforme recomendado pela Matriz.

Por fim, acredita-se que a reduzida permeabilidade do currículo do curso de formação soldados da PMBA às inovações advindas da Matriz, associado à falta de mecanismo de avaliação mais transparentes das políticas no âmbito da formação militar seja um entrave para quebrar alguns paradigmas que incidiriam numa melhor desempenho dos profissionais de segurança pública em nível estadual.

Muitos são os desafios apresentados e apontamentos pela literatura especializada. Talvez a mera incorporação de disciplinas e ajustes nos conteúdos ementários, propostos pela MCN, não parece ser suficiente para ultrapassar o conservadorismo e o militarismo na formação policial. Uma educação continuada, maiores investimentos em pesquisas, além da articulação de parcerias com outras instituições de ensino – reduzindo o insulamento das academias de polícia-, também devem ser considerados como linhas de ação nos horizontes das políticas estaduais de formação policial.

## REFERÊNCIAS

- AVELINO. Nildo, org.:FERNANDES. Telma Dias, org.: MONTOIA, Ana, org. **Ditaduras: a desmensura do poder.** São Paulo: Intermeios; Brasília: CAPES, 2015.
- BATTIBUGLI. Thais, **A Formulação de Nova Agenda para a Segurança Pública:** As iniciativas Federais e sua influência na Política Pública de Segurança Paulista. Núcleo de Estudos da Violência. REPOL - Revista Estudos de Política, Campina Grande, vol. 1, nº 2, 2012
- BARREIRA. Irllys, org.: VIEIRA. Salumita, org. **Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro.**Forteleza: EUFC, 1998.
- BRUNETTA. Antônio Alberto: **FORMAÇÃO E ENSINO NA POLÍCIA MILITAR: CONCEPÇÕES E SUBORDINAÇÕES POLÍTICAS; FILIAÇÕES E ADESÕES PEDAGÓGICAS.** Revista Aurora, 2015.
- BASÍLIO. Márcio Pereira, **O Desafio da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Utopia ou Realidade Possível?.**2007.216 f. Dissertação em Mestrado em Administração – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.
- CELLARD.** André. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos – Tradução de Ana Cristina Nasser, 3ª Ed. –Petrópolis, RJ:Vozes, 2012 –Coleção Sociologia.
- CORDEIRO, Bernadete, MUNIZ, Jaqueline, **Mapeando Competências Rumo À Aprendizagem Continuada Em Segurança Pública** disponível em [:https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlc3RhbnRIZGVqYWVWVsaW5lbXVuaXp8Z3g6MmYxOWJjNGNjYTI5YjE0Zg](https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlc3RhbnRIZGVqYWVWVsaW5lbXVuaXp8Z3g6MmYxOWJjNGNjYTI5YjE0Zg) acessado em 18 de outubro de 2016.
- CARVALHO. Carlos Antonio Mendes de;**Segurança Pública e Educação: Parceria Intersetorial e Ciclos de Formação Continuada.** Disponível em:[http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Seguranca\\_Publica\\_Educacao.pdf](http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Seguranca_Publica_Educacao.pdf) acessado em 15 de Outubro de 2016.
- CARVALHO. Vilobaldo Adelino de; SILVA. Maria do Rosário de Fátima E. **Política de segurança pública no Brasil: Avanços, limites e desafios.**R. *Katál.*, Florianópolis, v. 14, n.1,p. 59-67, jan/jun.2011.

CRUZ. Lara Abreu; BRASIL. Maria Glauécia Mota. **A Nova Educação Das Polícias Militares: Limites E Potencialidades** disponível em: [http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/a\\_nova\\_formacao\\_da\\_pm.pdf](http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/a_nova_formacao_da_pm.pdf) acessado 18 de outubro 2016.

Constituição Federal de 1934, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm), acessado em 27 de Janeiro de 2017.

DAMASCENO DE SÁ. LEONARDO, **Os Filhos do Estado: Auto-Imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro, 2002.**

**Decreto-lei nº 667, de 2 de Julho de 1969**, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0667.htm#art30](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0667.htm#art30), acessado em 15 de setembro de 2016.

FAIAD. Cristiane; COELHO JUNIOR. Francisco Antonio; CAETANO. Patrícia Fagundes; ALBUQUERQUE. Anelise Salazar. **Análise Profissiográfica e Mapeamento de Competências nas Instituições de Segurança Pública.** Universidade Salgado de Oliveira. Psicologia: Ciência e Profissão, 2012.

HAMADA. Hélio Hiroshi, **As transformações no sistema de ensino da Polícia Militar de Minas Gerais: um estudo histórico dos modelos de formação profissional.** Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum., Soc. e da Saú., Univ. Fumec Belo Horizonte Ano 10 n. 14 p. 139-167 jan./jun. 2013.

**Legislação, Jurisprudência e Normas Gerais – Diretriz Geral de Ensino 2012 -2015**, Subcomando Geral – nº 007, 2012.

**Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública** / Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos[et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

**Manual De Campana – Ordem Unida / Exército Brasileiro – Ministério da Defesa, portaria nº 079 – EME**, 3º edição, 2000.

Reiner. Jaqueline. **A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional.** Center For HemisphericDefenseStudies, REDES, 2001.

OLIVEIRA. Max William Coelho Moreira De; BASILIO. Marcio Pereira, **A Capacitação da Burocracia Policial no Rio De Janeiro e sua Influência no Monopólio da Violência Exercida pelo Estado**. VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília/DF 2015.

OLIVEIRA JUNIOR. Almir de, **Cultura de Policia: Cultura e atitudes ocupacionais entre militares em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2007. Tese de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

PINC. Tânia Maria; **Treinamento Policial: Um meio de Difusão de Políticas Públicas que incidem na conduta individual do policial de rua**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PONCIONI. Paula. **Políticas públicas para a educação policial no Brasil: propostas e realizações**- disponível em: <file:///C:/Users/Vinicius/Desktop/TRE%20PE/5418-13337-1-SM.pdf> acessado em 18 de outubro 2016.

PONCIONI. Paula, **O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio De Janeiro**. Artigo recebido em 7 jul. 2005; aprovado em 21 nov. 2005 Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005.

PONCIONI. Paula, **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública | Ano 1 Edição 1 2007.

**Polícia e Sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira: Reginaldo Canuto De Sousa, Maria Do Socorro Almeida De Moraes**, disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada\\_eixo\\_2011/poder\\_violencia\\_e\\_politicas\\_publicas/policia\\_e\\_sociedade\\_uma\\_analise\\_da\\_historia\\_da\\_seguranca\\_publica\\_brasileira.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada_eixo_2011/poder_violencia_e_politicas_publicas/policia_e_sociedade_uma_analise_da_historia_da_seguranca_publica_brasileira.pdf) acessado em 12 de setembro de 2016.

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA**, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Estabelecimento de Ensino CEL PM JOSÉ IZIDRO DE SOUZA- PLANO GERAL DE ENSINO /2016. Salvador, 30 de Novembro 2015.

REINER. Robert. **A Política da Policia**; tradução JacyCardiaGhirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Iris Gomes dos. **Descentralizar, Concentrar ou Pactuar: desenhos e estágios de implementação do Sistema Único de Segurança Pública em municípios da Bahia e de Pernambuco**, 2010. 135p. Orientador: Prof. Dr. Alvinio Oliveira Sanches Filho. Dissertação

(mestrado). Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador. 2010.

SOUSA. Reginaldo Canuto de; MORAIS. Maria do Socorro Almeida de, **Política e Sociedade: Uma análise da História da Segurança Pública Brasileira- V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011.

HAMANA. Hélio Hiroshi, **As transformações no sistema de ensino da Polícia Militar de Minas Gerais: um estudo histórico dos modelos de formação profissional**. Paidéia r. do curso de pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde , Univ. Fumec Belo Horizonte Ano 10 n. 14 p. 139-167 jan./jun. 2013

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: A formação Policial em Questão. Disponível em: [http://necvu.tempsite.ws/arquivos/texto%204%20direitos%20civis%20estado%20de%20direito\\_roberto%20kant%20de%20lima.pdf](http://necvu.tempsite.ws/arquivos/texto%204%20direitos%20civis%20estado%20de%20direito_roberto%20kant%20de%20lima.pdf) , acessado 17 de outubro 2016.